



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH  
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB  
Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB

ANA PAOLA DA SILVA SALGADO ARAUJO

**A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA  
DE MANUAIS DE DOCTRINA MILITAR**

Rio de Janeiro

2022

ANA PAOLA DA SILVA SALGADO ARAUJO

**A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA  
DE MANUAIS DE DOCTRINA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Naira C. Silveira

Rio de Janeiro

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional, ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

A663o

Araujo, Ana Paola da Silva Salgado.

A organização e representação descritiva de manuais de doutrina militar / Ana Paola da Silva Salgado Araujo. - 2022.

83, 19 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Orientação: Profa. Dra Naira C. Silveira

Bibliografia: p. 77-82.

1. DOCTRINA MILITAR. 2. MANUAL MILITAR. 3. REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA. I. Silveira, Naira Christofolletti, *orient.* II. Título.

CDD 025

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária  
Ana Paola da Silva Salgado Araujo – CRB 7 n° 6387

ANA PAOLA DA SILVA SALGADO ARAUJO

**A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA  
DE MANUAIS DE DOCTRINA MILITAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Naira Christofolletti Silveira – Presidente  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Elisabete Gonçalves Souza – Titular Externo  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Jaqueline Santos Barradas – Titular Interno  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

---

Prof. Dr. Fernando Velôzo Gomes Pedrosa – Suplente Externo  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)

---

Prof. Dr. Alberto Calil Elias Junior – Suplente Interno  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

## AGRADECIMENTOS

Pela luz, caminho e proteção proporcionados por Deus nesse desafio do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

A minha mãe Eunice (*in memoriam*) que me acompanha mesmo que no outro plano.

Ao meu irmão Alúcio e meu pai Paulo, pelo apoio e compreensão nos momentos que não pude dar atenção necessária à nossa família.

Ao Eduardo Ribeiro, por me apoiar, incentivar e estar ao meu lado em todas as fases deste mestrado.

A minha orientadora Naira, que além de amiga de longa data, tem sido excepcional na condução desse trabalho.

Aos colegas de turma do mestrado 2020.2, especialmente as amigas Nanci Rocha e Vanessa Batista pela convivência, troca de ideias e experiências, mesmo que somente de forma remota. Nossas trocas foram de grande valia para essa jornada.

A equipe de trabalho da Biblioteca 31 de março, que conduzi nesses últimos 4 anos, pelo apoio nesse momento tão importante de alcançar mais um degrau da minha carreira profissional.

E por ter tido força, determinação, persistência e disciplina para encarar esse desafio mesmo trabalhando intensamente durante todo esse momento crítico que estávamos vivendo.

## RESUMO

O tema desta pesquisa é a organização e representação descritiva dos manuais de doutrinas militares do Exército Brasileiro e tem como objetivo geral analisar e definir os elementos essenciais e complementares que devem compor um registro bibliográfico deste tipo de documento. Tem como base a análise documental para identificar as características próprias dos manuais e os elementos descritivos presentes em registros bibliográficos. Tem como procedimentos metodológicos a leitura técnica dos manuais disponibilizados na Biblioteca Digital do Exército (BDEx) e de seus respectivos registros bibliográficos disponíveis na Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (REDEBIE). Como resultados deste estudo, foram identificadas as partes estruturais e estruturantes que compõem o manual e os elementos descritivos que compõem o registro bibliográfico em catálogos. Os resultados foram discutidos à luz de instrumentos biblioteconômicos para estabelecer o conjunto dos itens essenciais e complementares para a representação descritiva, a saber: o *Anglo American Cataloguing Rules (AACR2)*, *Resource Description and Access (RDA)* e a *International Standard of Bibliographic Description (ISBD) Consolidada*. Como produto deste estudo, elaborou-se um guia para catalogação de manuais destinado aos profissionais e técnicos bibliotecários. Como considerações finais, ressalta-se que representação descritiva é um processo de grande importância para organização e representação da informação e do conhecimento nas bibliotecas e demais unidades de informação e, embora possua diretrizes e normativas internacionais, é de extrema relevância estudos que valorizem as características próprias de cada acervo e de cada instituição. A representação descritiva ultrapassa a simples execução de trabalho tecnicista, aplicação de regras e uso de sistemas de informática, ela engloba o contexto social, desde a criação do documento até seu uso.

**Palavras-chave:** doutrina militar; manual militar; representação descritiva.

## ABSTRACT

The theme of this research is the organization and descriptive representation of the Brazilian Army's military doctrine manuals, and its general objective is to analyze and define the essential and complementary elements that must compose a bibliographic record of this type of document. It is based on document analysis to identify the characteristics of the manuals and the descriptive elements present in bibliographic records. Its methodological procedures include the technical reading of the manuals available at the Army Digital Library (BDEx) and their respective bibliographic records available at the Army Integrated Libraries Network (REDEBIE). As a result of this study, the structural and structuring parts that make up the manual and the descriptive elements that make up the bibliographic record in catalogs were identified. The results were discussed in the light of library instruments to establish the set of essential and complementary items for the descriptive representation, namely: the Anglo-American Cataloging Rules (AACR2), Resource Description and Access (RDA) and the International Standard of Bibliographic Description (ISBD) Consolidated. As a result of this study, a guide for cataloging manuals was created for professional and technical librarians. As final considerations, it is emphasized that descriptive representation is a process of great importance for the organization and representation of information and knowledge in libraries and other information units and, although it has international guidelines and regulations, studies that value the characteristics of specific to each collection and each institution. The descriptive representation goes beyond the simple execution of technical work, application of rules and use of computer systems, it encompasses the social context, from the creation of the document to its use.

**Keywords:** military doctrine; military manual; descriptive representation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página de busca da REDEBIE .....	21
Figura 2 - Tela de busca dos manuais na BDEx .....	22
Figura 3 - Resultado da pesquisa prévia na base de dados da REDEBIE .....	23
Figura 4 - Resultado da pesquisa prévia na base de dados da BDEx .....	24
Figura 5 - Decodificação da identificação da publicação .....	50
Figura 6 - Página de rosto do manual militar do EB .....	51
Figura 7 - Página de rosto do manual militar dos EUA .....	52
Figura 8 - Página de rosto do manual militar da França .....	53
Figura 9 - Medidor do Índice WBGT .....	59
Figura 10 - Registro bibliográfico em OPAC na BDEx .....	61
Figura 11 - Registro bibliográfico em OPAC na Rede BIE .....	62
Figura 12 - Registro bibliográfico em formato MARC 21 .....	63

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados de manuais coletados da REDEBIE .....	25
Quadro 2 – Quadro descritivo dos objetivos e etapas da pesquisa .....	26
Quadro 3 – Elementos dos manuais recuperados na BDEx .....	55
Quadro 4 – As áreas de descrição e a fonte de informação correspondente .....	57
Quadro 5 – Dados de registros bibliográficos da REDEBIE analisados .....	65
Quadro 6 – Análise dos pontos de acesso dos registros de manuais da REDEBIE .....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AACR2r</b>	<i>Anglo American Cataloguing Rules</i>
<b>BDEx</b>	Biblioteca Digital do Exército
<b>CCAA</b>	Código de Catalogação Anglo-Americano
<b>C Dout Ex</b>	Centro de Doutrina do Exército
<b>DECEX</b>	Departamento de Educação e Cultura do Exército
<b>EB</b>	Exército Brasileiro
<b>ECEME</b>	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
<b>EME</b>	Estado Maior do Exército
<b>FRBR</b>	<i>Functional Requirements of Bibliographic Records</i>
<b>ICP</b>	<i>International Cataloguing Principles</i>
<b>IG</b>	Instruções Gerais
<b>ISBD</b>	<i>International Standard Bibliographic Description</i>
<b>MARC</b>	<i>Machine Readable Cataloguing</i>
<b>OA</b>	Órgão Aprovador
<b>OE</b>	Órgão Elaborador
<b>OPAC</b>	<i>Online Public Access Catalogs</i>
<b>PUC-PR</b>	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
<b>RDA</b>	<i>Resource Description and Access</i>
<b>REDEBIE</b>	Rede de Bibliotecas Integradas do Exército
<b>SIDOMT</b>	Sistema de Doutrina Militar Terrestre

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA .....	13
1.2	OBJETIVOS .....	15
1.3	JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E IMPACTO .....	15
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ETAPAS DA PESQUISA</b> .....	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>A REPRESENTAÇÃO DE DOCTRINAS MILITARES</b> .....	<b>27</b>
3.1	A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE DOCUMENTOS .....	28
3.2	OS INSTRUMENTOS E PADRÕES DESCRITIVOS.....	31
3.3	OS MANUAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO .....	41
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÕES</b> .....	<b>54</b>
4.1	A ESTRUTURA DOS MANUAIS .....	54
4.2	OS ELEMENTOS DESCRITIVOS .....	60
4.3	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A BUSCA E RECUPERAÇÃO .....	69
<b>5</b>	<b>PRODUTO DA PESQUISA</b> .....	<b>72</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>77</b>
	<b>APÊNDICE A – PRODUTO DA PESQUISA</b> .....	<b>83</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na era pós-moderna, informação e conhecimento passam a ser ativos muito valorizados e a sua produção tornou-se cada vez maior, em larga escala, com muita ambiguidade e redundância. Organizá-los é desafiante e ao mesmo tempo uma necessidade. A organização e representação da informação e do conhecimento está inserida nesse contexto e trata-se de um processo contínuo, que acompanha as mudanças na sociedade ao longo dos tempos.

Parte-se do princípio de que para se organizar e representar um documento é necessário conhecê-lo, estudar as normativas e diretrizes técnicas para permitir que um recurso bibliográfico específico seja localizado em um acervo determinado. Com isso, é necessário identificar seus elementos próprios para construir uma descrição bibliográfica e os pontos de acesso que compõem o registro bibliográfico mais fidedigno possível, condizentes com os padrões e tendências atuais.

Para delimitar o escopo da pesquisa, são estudadas a estrutura dos manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro, com o intuito de definir os elementos essenciais que devem compor um registro bibliográfico desse tipo documental e, assim, cumprir as premissas dos Princípios Internacionais de Catalogação que visam reger a criação e o desenvolvimento de códigos de catalogação, as decisões que tomam os catalogadores e as políticas sobre o acesso e intercâmbio de dados. Esses princípios aplicam-se aos dados bibliográficos e de autoridade e, conseqüentemente, aos atuais catálogos de bibliotecas, bibliografias e outros conjuntos de dados criados pelas bibliotecas e propõem-se a oportunizar uma aproximação coerente à catalogação descritiva e por assuntos dos recursos bibliográficos de qualquer tipo (IFLA, 2016).

Considerando as mudanças na própria sociedade contemporânea sobre o olhar do documento e sua representação, a presente pesquisa tem como objeto de estudo os manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro. Esses manuais são desenvolvidos por diversos órgãos do Exército que fazem parte do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) e possuem características que lhe são próprias, como se constata na seção 4 desta dissertação.

Têm-se, portanto, as seguintes questões de partida: quais são as particularidades do manual de doutrina militar? Quais devem ser os principais elementos constitutivos de um registro bibliográfico de manuais militares?

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Considerando a particularidade do tipo documento, objeto deste estudo, julgou-se relevante inserir uma subseção para esclarecer o que são os manuais de doutrina militar embora seja muito comum no meio militar, no meio civil o termo “manual de doutrina” poderia facilmente se confundir com o conceito de “manual”.

Usualmente o termo manual<sup>1</sup> é adotado em vários contextos, mas no meio militar tem sentido próprio, trata-se de um tipo específico de documento adotado pelos Forças Armadas do Brasil, como se apresenta no decorrer desta subseção.

De acordo com o Art. 142 da Constituição Brasileira,

as Forças Armadas (FA) constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988, Art. 142).

Nesse sentido, o Exército Brasileiro é o responsável pelo preparo e emprego da força terrestre, a Marinha responsável pelo preparo e emprego da força naval com o propósito de ampliar seu poder marítimo e a Aeronáutica responsável pelo preparo e emprego da força aeroespacial, com o objetivo de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território Nacional.

No âmbito das Forças Armadas (FA) brasileiras, utiliza-se a expressão Doutrina Militar para denominar o “conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das FA. Englobam, ainda, a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares” (BRASIL, 2020, p. 13). Nota-se que esse termo se refere tanto ao preparo quanto ao emprego, além de abranger aspectos relativos a atividades conduzidas em tempo de paz. Baseadas nesse conceito, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira trazem seus conceitos de doutrina de acordo com o fim a que se destinam.

De acordo com o glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015, p. 94), “a doutrina constitui um conjunto de princípios, conceitos, normas e procedimentos, fundamentadas

---

<sup>1</sup> Durante a arguição da banca na defesa desta dissertação, o Prof. Dr. Fernando Velôzo Gomes Pedrosa – membro suplente externo – destacou que o uso do termo manual para os documentos doutrinários militares é relativamente recente. No caso brasileiro ocorreu após a II Guerra Mundial, com a adoção da doutrina militar americana. Antes disso falava-se em “regulamentos” militares, ou “instruções”, ou “ordenanças”, ou “sistema de instrução”.

principalmente na experiência, destinado a estabelecer linhas de pensamentos e a orientar ações, expostos de forma integrada e harmônica”.

Na Marinha do Brasil, o que representa a doutrina é:

Documento da Marinha do Brasil, que tem o propósito de estabelecer conceitos, princípios e, de forma ampla, os métodos de emprego em combate, ou em outras participações não relacionadas à atividade-fim, com o propósito de orientar o planejamento, o preparo e a aplicação do Poder Naval brasileiro, servindo de base para a elaboração dos demais documentos doutrinários da Marinha do Brasil. (BRASIL, 2015, p. 94).

Na Força Aérea Brasileira, a doutrina é representada pela doutrina aeroespacial que aborda os princípios, os conceitos, as normas e os procedimentos relacionados ao emprego do Poder Militar Aeroespacial em tempos de paz, crise ou guerra, e divide-se em três níveis: estratégico, operacional e tático.

E por fim, a doutrina do Exército Brasileiro, que aborda a doutrina militar terrestre. Segundo o glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015, p. 94-95) a doutrina militar terrestre trata-se de

Conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da F Ter estabelecido com a finalidade de orientar a Força no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável, em operações terrestres e conjuntas. A Doutrina Militar Terrestre estabelece um enquadramento comum para ser empregado por seu quadro como referência na solução de problemas militares.

Os conceitos trazidos são desenvolvidos no contexto de cada força e, com isso, produzidos documentos oficiais que registram e regularizam a doutrina militar para que cada FA possa aplicá-la ao fim a que se destina. Além disso, esse documento sofre revisões ao longo do tempo, quando se julgar necessário de acordo com a conjuntura do momento.

O Exército, para cumprir sua missão, baseia-se nos ensinamentos doutrinários contidos nas diversas publicações que produz, o manual seria um dos tipos documentais elaborados pelo Exército. Esse documento passou a ser disseminado também para o público acadêmico civil, sendo adotado em cursos de extensão, especialização e eventos voltados para a área da defesa. Por isso, a organização e representação descritiva, aqui abordada, consiste na catalogação dos manuais de doutrina militar terrestre com o olhar da Biblioteconomia, esse objeto de estudo também poderia ser estudado com o olhar da Arquivologia, porém, se faz necessário um recorte.

Embora compartilhem do mesmo sentido de doutrina, a doutrina militar terrestre se aplica apenas ao Exército, como o objeto de estudo abordam os manuais de doutrina militar

terrestre, esta pesquisa contempla apenas o Exército Brasileiro. Portanto o recorte do objeto está no campo da Biblioteconomia e no tipo documental produzido pelo Exército, uma das três Forças Armadas.

A subseção seguinte apresenta os objetivos da pesquisa, incluindo o objetivo geral e os objetivos específicos. A justificativa, relevância e o impacto da pesquisa para o estudo dos manuais estão na subseção 1.3.

## 1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir os fundamentos teóricos e metodológicos que norteiam o processo de representação descritiva dos manuais de doutrina militar, com vista a sua organização, preservação e acesso. E tem como objetivos específicos:

- a) identificar as características e particularidades documentais do manual do Exército;
- b) elencar os principais elementos de descrição para tais manuais, com base nos conceitos e instrumentos utilizados pela área de representação descritiva;
- c) comparar os elementos descritivos com as características do documento;
- d) elaborar um guia com a apresentação de um conjunto de diretrizes e elementos essenciais para realizar a representação descritiva dos manuais de doutrina militar.

## 1.3 JUSTIFICATIVA, RELEVÂNCIA E IMPACTO DA PESQUISA

Em consonância com a proposta do mestrado profissional, o tema da pesquisa possui relação com a atuação como bibliotecária em uma biblioteca militar, correspondendo ao período de 2014-2022, que teve início com a designação para servir na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), localizada na Praia Vermelha, próximo à UNIRIO.

Embora possuísse alguma noção sobre o sistema de automação utilizado na Biblioteca – Pergamum Web – foi necessário receber treinamento para catalogar os materiais adquiridos pela biblioteca para atender o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares e, na sequência, a catalogação dos trabalhos de conclusão de curso da Escola. Neste momento,

observa-se que não basta o conhecimento do código de catalogação e do software, é necessário entender as características do documento a ser catalogado.

A justificativa inicial para esta pesquisa foi estudar a catalogação de determinados tipos de materiais, especificamente os manuais de doutrina militar que possuem elementos próprios, contexto profissional no qual estava inserida naquele momento.

Ou seja, primeiro buscou-se o estudo da catalogação para a execução do trabalho. Com os treinamentos recebidos sobre o Sistema Pergamum Web para os bibliotecários de organizações militares do Rio de Janeiro, ofertado por uma equipe da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), surgiu um interesse maior para se conhecer mais sobre a catalogação, especificamente sobre a Representação Descritiva, além dos conhecimentos obtidos durante a graduação. O que inicialmente era um ato destinado à atuação prática profissional logo foi convertido em interesse de pesquisa.

Como parte da atuação profissional desempenhada no Exército, foram observadas inconsistências de dados bibliográficos, os registros bibliográficos que constam na base da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (REDE BIE), em sua grande maioria, estavam incompletos, com erros de preenchimento ou até mesmo foram perdidos devido a migração da versão anterior (versão desktop) para a versão web.

Essas percepções impulsionaram a buscar mais conhecimento sobre a Representação Descritiva para promover melhoria no catálogo online, a biblioteca digital e conseqüentemente facilitar o acesso a esses documentos. Por isso, o Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO foi um local oportuno para aprofundar esse assunto e assim fortalecer os estudos de Representação Descritiva no Brasil, conciliando a atuação profissional, pesquisa acadêmica e o Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UNIRIO, que proporcionou o espaço adequado para a realização desta pesquisa.

Ressalta-se que o desenvolvimento desta pesquisa, além de relevância para a área acadêmica, tem grande relevância para o Exército Brasileiro, pois trata-se do resultado de um trabalho de 8 (oito) anos como bibliotecária da ECEME em conjunto com o estudo no Mestrado Profissional. Neste estudo foi possível mostrar que os conceitos e regras que consolidam a elaboração de registros bibliográficos, o uso e reuso de metadados criados, e o desempenho dos catálogos precisam ser adequados à nova realidade. Sendo assim, este guia elaborado como produto desta pesquisa, propõe uma padronização para esses registros bibliográficos de forma

que poderá ser utilizado pelos profissionais atuantes no Exército, poupando o tempo do catalogador.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ETAPAS DA PESQUISA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória e comparativa (MARCONI; LAKATOS, 2010), que teve como objeto de estudo os manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro.

Neste trabalho também se apresentam os tipos de publicações padronizadas elaboradas pelo Exército, como forma de distinguir os manuais das demais tipologias documentais produzidas por essa instituição e seus respectivos significados. Conseqüentemente, também, são explicitados o que são os manuais de doutrina militar, suas características a fim de destacar o porquê de ser um tipo documental com elementos próprios e diferenciados e, assim, permear a bibliografia do tema central da pesquisa, em função das características do problema a ser investigado, conforme apresentado na subseção 2.1.

A fim de tratar dos principais elementos de descrição para os manuais de doutrina militar, foi realizada pesquisa bibliográfica para buscar os conceitos e instrumentos utilizados pela área de representação descritiva, conforme apresentado na subseção 3.1. Realizou-se o estudo da catalogação, em especial da Representação Descritiva, abordando seus conceitos, os instrumentos a serem empregados para a descrição bibliográfica e a escolha de qual instrumento será usado para analisar e aplicar os principais elementos de descrição para os manuais de doutrina militar, tema abordado na seção 3.2.

Para que se pudesse chegar na definição desses elementos que vão compor a representação descritiva dos manuais de doutrina militar, realizou-se a aplicação das regras analisando os principais elementos que devem ser empregados na descrição e, também, fazendo a análise dos manuais de modo semelhante ao que foi realizado na representação descritiva de coleções especiais (VIEIRA, 2016) e peças teatrais (FLORO, 2018).

Vieira (2016) recorreu a análise dos sítios institucionais (sites, blogs, redes sociais, entre outros) e dos catálogos e bases de dados on-line das Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Rio de Janeiro disponíveis para acesso público. A autora também enfatizou a importância da necessidade de uma representação mais criteriosa dos itens que fazem parte de uma coleção especial.

Floro (2018) explorou os catálogos de instituições selecionadas como: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) para responder as especificidades que caracterizam esse tipo de material, verifica se há padrões estabelecidos e como construir tais representações. Além de identificar os elementos descritivos, estabelecer os elementos essenciais e complementares para a descrição e fornecer subsídios para estabelecer políticas de catalogação para peças teatrais. O referido autor fundamentou a área e identificou os elementos através de pesquisa documental e bibliográfica, apresentou os objetivos e funções de um catálogo e discorreu as representações e os pontos de acesso.

Os procedimentos metodológicos dos autores citados nos parágrafos anteriores deram subsídios para o embasamento desta pesquisa e ajudaram a construir esta proposta de estudo na área da representação descritiva e evidenciaram a importância de se conhecer o documento antes de iniciar a sua descrição.

Para relacionar a importância da representação descritiva padronizada para os manuais com o acesso e a recuperação da informação, buscou-se identificar as relações entre a representação descritiva e o acesso e recuperação da informação com o intuito de mostrar o porquê de se elaborar uma descrição bibliográfica exclusiva para os manuais de doutrina militar. Explicar também que a forma como esse registro bibliográfico é feito tem grande influência na exploração dos resultados de uma pesquisa realizada por quem necessite consultar esse tipo de material.

A pesquisa tem caráter descritivo, onde será feito um estudo sobre esses manuais militares contemporâneos, publicados a partir do ano de 2000. Sobre a representação descritiva e para contextualizar o estudo dos registros bibliográficos terão como instrumentos de estudo e análise o *Anglo American Cataloguing Rules (AACR2)*, *Resource Description and Access (RDA)*, *International Standard of Bibliographic Description (ISBD) Consolidada* e os *International Cataloguing Principles (ICP)*. E, após a fase anteriormente citada, será realizada a pesquisa na base de dados da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (REDEBIE) e na Biblioteca Digital do Exército (BDEx) com o intuito de coletar os registros de manuais militares do Exército Brasileiro e analisá-los.

A sugestão de uma descrição bibliográfica padronizada para esse tipo de material tem como base a análise dos registros bibliográficos dos manuais de doutrina militar que foram recuperados na base de dados da REDEBIE e na BDEx. Esta análise auxilia a elaborar a

proposta de um registro bibliográfico completo e que seja possível descrever, organizar e recuperar o manual.

Para cada registro bibliográfico recuperado que compõe a amostra analisada, foram enumerados todos os elementos utilizados na representação descritiva, com o intuito de examinar as semelhanças e diferenças, porque as catalogações podem ser distintas e de certo modo isso influencia no processo de recuperação da informação. Além da identificação de quais elementos aparecem nesses registros em seus catálogos verificou-se quais estão presentes no RDA e que cumprem o que preconiza as ICP. A apresentação dos resultados e discussão constam na seção 4.2.

E, ao final, além de averiguar os registros dos catálogos mencionados, foi realizada a aplicação das regras conforme os instrumentos de catalogação vigentes (AACR, RDA, ISBD Consolidada e ICP), destacando os elementos de descrição essenciais para que haja uma recuperação da informação eficiente e completa. Como contribuição, a elaboração de uma representação bibliográfica para esse tipo de material com os elementos essenciais e primordiais de acordo com os instrumentos estudados, resultando no guia para representação descritiva de manuais de doutrina militar, Apêndice A.

A fim de ilustrar os dados coletados e analisados são apresentados quadros, na seção 4 deste trabalho, com os elementos identificados nos manuais analisados e com isso realizar o método comparativo. O método comparativo o qual consiste em analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira “experimentação indireta” (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 123).

Para a realização do objetivo específico a, as bases de dados que foram utilizadas para a pesquisa dos manuais militares do Exército Brasileiro foram: a Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (REDEBIE)<sup>2</sup> a Biblioteca Digital do Exército (BDEEx)<sup>3</sup>, trata-se das 2 principais bases e estão disponíveis publicamente na internet.

A Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (REDEBIE) foi implantada em 11 de dezembro de 2012 através da Portaria nº 1.043 expedida pelo Comandante do Exército com a finalidade de proporcionar a cooperação dos serviços técnicos entre bibliotecas integrantes, prover o compartilhamento de informações (militares e especializadas) e facilitar o acesso às

---

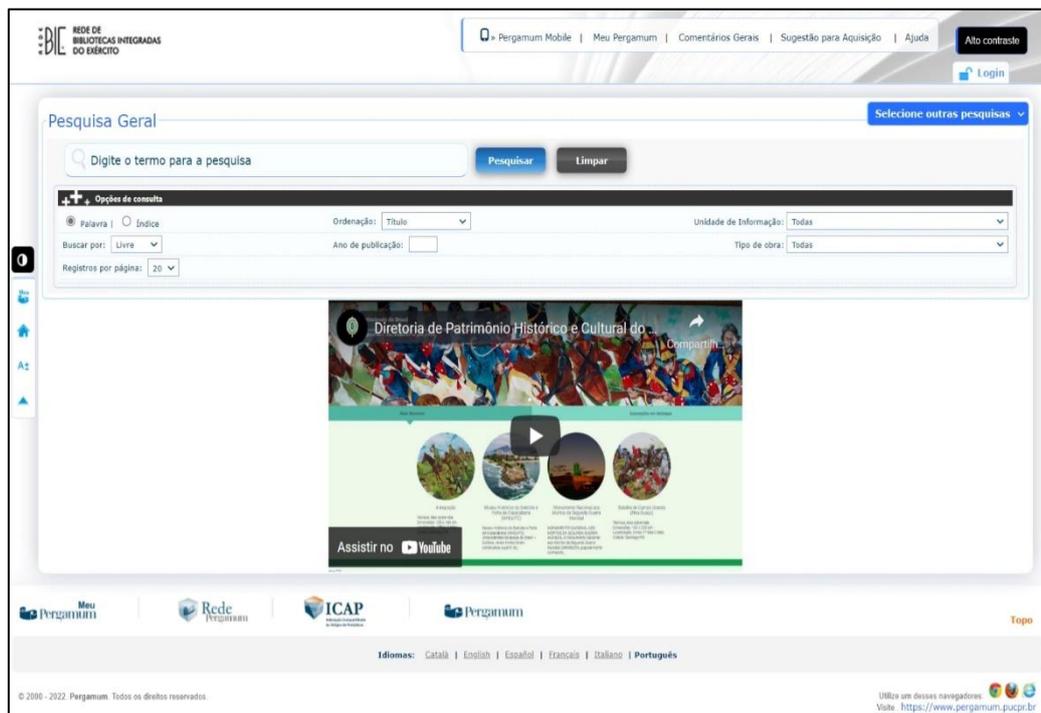
<sup>2</sup> Endereço da base de dados da REDEBIE:

<https://consultaredebie.decex.eb.mil.br/pergamum/biblioteca/index.php>

<sup>3</sup> Endereço da base de dados da Biblioteca Digital do Exército: [DSpace DECEX](https://dspace.decex.eb.mil.br/): Página inicial (eb.mil.br)

informações e acervos aos usuários destas bibliotecas. A figura a seguir mostra o *layout* e interface da base de dados da REDEBIE:

Figura 1 – Página de busca da REDEBIE



Fonte: Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (2022).

A BDEx foi implementada em 27 de março de 2018 através da Portaria nº 477, expedida pelo Comandante do Exército, para ser um banco de dados que abriga temas de doutrina militar e outros de interesse do Exército, visando organizar, armazenar, gerenciar, preservar, recuperar e difundir documentos, em formato digital, elaborados no âmbito das produções científicas e militares do Exército e aqueles de interesse da doutrina militar, viabilizando a integração com o meio acadêmico. A figura abaixo mostra o layout da página da BDEx:

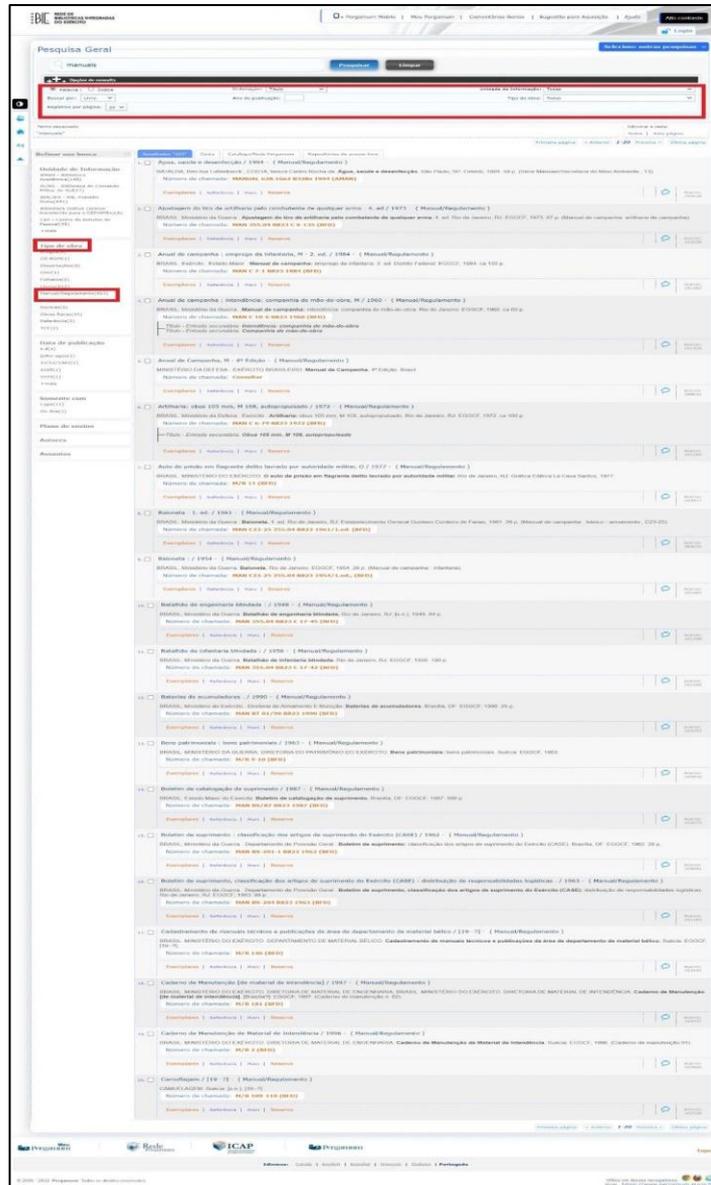
Figura 2 – Tela de busca dos manuais na BDEx

The screenshot displays the search interface of the Biblioteca Digital do Exército (BDEx). At the top, there is a navigation bar with 'Página inicial', 'Navegar', 'Ajuda', and 'Política'. A search bar is located on the right with the text 'Buscar no repositório'. Below the navigation bar is a banner for 'BIBLIOTECA Digital DO EXÉRCITO' featuring a hand holding a tablet and a smartphone. The main content area is titled 'Bibliotecas dos Órgãos do Exército' and includes logos for various military units: GAS CMT Ex, EME, COTER, BDEEx, COLOG, DBC, SaFaz, DBCA, and DCT. Below this is a section for 'Plataformas Agregadas' with logos for REDE BIC, REDE DE BIBLIOTECAS INTEGRADAS DO EXÉRCITO, Geportal do Exército Brasileiro, and INSTITUTO RONDOM DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA. A message states: 'O aplicativo do EB Conhecer já encontra-se na loja do Google, para os dispositivos Android, para baixá-lo é só digitar EB Conhecer!'. The main search results area is divided into four filter sections: 'Acervo da Biblioteca' (listing 01 to 04 categories), 'Filtros' (with sub-sections for Autor, Assunto, Data de Publicação, and Tipo de Documento), and 'NUVEM DE PALAVRAS' (a word cloud). The footer contains logos for 'Tema criado por' and 'APOIO' from various institutions like STM, EMB, and others.

Fonte: Biblioteca Digital do Exército (2022).

Inicialmente, uma pesquisa foi realizada na base de dados da REDEBIE com o emprego do termo **manuais** e com a utilização dos filtros **pesquisa por palavra, busca livre, ordenação por título e sem recorte de ano de publicação**. Ao aparecerem os resultados foi necessário utilizar mais um filtro que foi o de **tipo de obra** para poder filtrar o tipo documental a ser analisado. Ao escolher esse filtro foram observados 423 resultados, sem o recorte temporal delimitado. Esse recorte será feito efetivamente na seção 4 que tratará exclusivamente das análises dos resultados obtidos. Abaixo, a figura demonstrativa da página de busca com os filtros utilizados:

Figura 3 - Resultado da pesquisa prévia na base de dados da REDEBIE



Fonte: REDEBIE (2022).

Após a pesquisa na base de dados da REDEBIE, foi feita uma pesquisa inicial na base de dados da BDEx com o emprego do termo **manuais**, em que apareceram os resultados e foi utilizado o filtro **por tipo de documento**. Neste filtro foram observados pouco mais de 70 manuais distribuídos em manuais de campanha, técnico, treinamento, ensino e de fundamentos. Ressalto que não foram analisados os manuais antigos, ou seja, anteriores ao ano 2000 e, também, não foram analisados os manuais oriundos do Ministério da Defesa, pois estes

abrangem as três forças armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Abaixo, a figura demonstrativa da página de busca com os filtros utilizados:

Figura 4 - Resultado da pesquisa prévia na base de dados da BDEx

**Página de Busca**

Buscar em: Todo o repositório

por manuais Ir Retornar valores

Adicionar filtros:  
Utilizar filtros para refinar o resultado de busca.

Título Iguals Adicionar

Resultados/Página 10 Ordenar registros por Relevância Ordenar Descendente Registro(s) Todos Atualizar

Resultado 1-10 de 1194.

Anterior 1 2 3 4 ... 120 Próximo

Conjunto de coleções:

Nome da coleção	Resultado
MINISTÉRIO DA DEFESA: MANUAIS	
3º Sch: MANUAIS	
COLOG: D Mat: MANUAIS	
MANUAIS	
MANUAIS	
MANUAIS TÉCNICOS	
POP / MANUAIS	

**Busca facetada**

**Autor**

- Brasil, Exército 360
- Brasil, Exército, Estado-Maior 68
- Brasil, Exército, Comando de Oper... 43
- Brasil, Exército, Comando Logístico 9
- Brasil, Ministério da Defesa 7
- Brasil, Exército, Departamento de... 5
- Brasil, Exército, Departamento de... 3
- Brasil, Exército, Departamento Ge... 3
- Brasil, Comando da Aeronáutica 2
- Brasil, Exército, Assessoria de D... 2

próximo >

**Assunto**

- Aviação do Exército 37
- Exército Brasileiro 32
- Artilharia 29
- Infanteria 29
- Cavalaria 27

Fonte: BDEx (2022).

Foram recuperados 112 manuais na BDEx que puderam ser analisados através das versões digitais, estes foram salvos e arquivados numa pasta criada exclusivamente para os arquivos dos manuais que vão compor a análise. Inicialmente foram abertos para que fossem identificados os seus elementos, através da leitura técnica do documento, conforme será apresentado na seção 4. Esta etapa foi realizada para se alcançar o objetivo específico b.

Sobre os resultados obtidos na REDEBIE, não é possível fazer a leitura técnica dos manuais porque nos registros bibliográficos não possuem o arquivo do manual para visualizar ou baixar, portanto os manuais propriamente ditos desta base não fazem parte da análise, apenas seus registros bibliográficos. Os termos utilizados na busca foram: manual (889 resultados), manuais (423 resultados), manual de campanha (611 resultados), manuais de campanha (267 resultados), manual de ensino (5 resultados), manuais de ensino (8 resultados), manual de fundamentos (2 resultados), manuais de fundamentos (0 resultado), manual técnico (223

resultados) e manuais técnicos (0 resultado). Abaixo o quadro apresenta os tipos de manuais e as quantidades dentro do recorte temporal delimitado:

Quadro 1 – Dados de manuais coletados da REDEBIE

<b>TIPO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2000-2022</b>
<b>Manual</b>	889	59
<b>Manuais</b>	423	23
<b>Manual de campanha</b>	611	44
<b>Manuais de campanha</b>	267	20
<b>Manual de ensino</b>	5	1
<b>Manuais de ensino</b>	8	0
<b>Manual experimental</b>	0	0
<b>Manuais experimentais</b>	0	0
<b>Manual de fundamentos</b>	2	2
<b>Manuais de fundamentos</b>	0	0
<b>Manual técnico</b>	223	0
<b>Manuais técnicos</b>	0	0
<b>Total</b>	2.428	149

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Embora os dados apresentados acima não tragam o termo “manual de doutrina”, elucidada-se que o Exército, através de um ato normativo, definiu a criação de seus produtos doutrinários, sendo eles: cadernos, manuais, notas entre outros (BRASIL, 2017). Sendo assim, considerando o recorte da pesquisa, aborda-se apenas os produtos classificados como “manuais”, ou seja, incluem todos os documentos apresentados no quadro. Considerando que a análise se constitui com base nos documentos normativos da Catalogação recentes e vigentes, foram analisados apenas os 149 registros bibliográficos de manuais produzidos entre os anos 2000 e 2022, por considerarem estes registros mais recentes, por conseguinte, mais condizentes com as normativas vigentes.

Buscando apresentar de modo estruturado a relação dos objetivos específicos com as etapas de pesquisa, segue o quadro 2:

Quadro 2 – Quadro descritivo dos objetivos e etapas da pesquisa

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Etapa da pesquisa</b>	<b>Estrutura da dissertação</b>
a) Identificar as características e particularidades documentais do manual do Exército	Recuperados dos manuais em formato digital disponíveis na BDEx para análise documental e leitura técnica	Foram analisados 112 documentos, os resultados estão na seção 4.1
b) Elencar os principais elementos de descrição para tais manuais, com base nos conceitos e instrumentos utilizados pela área de representação descritiva;	Recuperados registros bibliográficos de manuais disponíveis na REDEBIE para elencar os elementos descritivos que compõem os registros bibliográficos	Foram analisados 149 registros bibliográficos, os resultados estão na seção 4.2
c) Comparar os elementos descritivos com as características do documento;	Com base nas particularidades identificadas deste tipo de documento (objetivo específico a) e os elementos descritivos identificados nos registros bibliográficos (objetivo específico b), são comparados com as normativas vigentes. Com base esta análise, serão propostos elementos descritivos para a catalogação de manuais de doutrina militar terrestre	A comparação e análise entre as características dos documentos e seus registros bibliotecários são apresentadas de modo entrelaçados na seção 4.1 e 4.2.
d) Elaborar um guia com a apresentação de um conjunto de diretrizes e elementos essenciais para realizar a representação descritiva dos manuais de doutrina militar.	Através das análises feitas nas seções 4.1 e 4.2 e dos instrumentos da representação descritiva.	O produto descrito na seção 5 e presente no Apêndice A apresenta a proposta de elementos descritivos, resultados da pesquisa.

Fonte: Elaboração da autora (2022).

Nesta seção foram apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho e, a seguir, na seção 3 será abordada a fundamentação teórica da organização e representação das doutrinas militares, incluindo discussões e reflexões sobre os manuais de doutrina do Exército Brasileiro, além de traçar um breve comparativo com manuais de doutrina militar de outros exércitos.

### 3 A REPRESENTAÇÃO DE DOUTRINAS MILITARES

A organização e representação da informação está presente, principalmente, nas áreas da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia. Johanna Smit (1993, p. 82), ressalta que as três profissões “compartilham de objetivos próximos, técnicas semelhantes e as mesmas condições adversas [...]”. A autora ainda constata as convergências entre as profissões no seguinte trecho:

[...] Os documentos audiovisuais não são vistos, em regra gerais, enquanto documentos que, caso devam ser organizados para posterior utilização, demandam os conhecimentos de uma categoria profissional específica. A organização do documento audiovisual constitui, de fato, um “no man’s land” profissional, no qual várias profissões estão envolvidas, frequentemente até por razões fortuitas, uma vez que os documentos audiovisuais podem iniciar sua trajetória como **suporte** ou **sub-rotina** de outra atividade que, esta sim, traz um nome definido (biblioteca, centro de documentação, museu, arquivo) [...] (SMIT, 1993, p. 82).

Embora o texto acima citado se refira a documentos audiovisuais, pode ser feita uma relação entre diferentes tipos documentais, entre eles, os manuais de doutrina militar. Mesmo depois de quase 30 anos de publicação, apresenta reflexão atualizada: “As diversidades de usos não deveriam impedir a discussão dos problemas comuns” (SMIT, 1993, p. 84). Apesar das convergências e proximidades entre as áreas, foi necessário fazer um recorte para a pesquisa no âmbito do mestrado, por isso esta pesquisa versará sobre a organização e representação da informação e do conhecimento somente sobre os aspectos da **Biblioteconomia**.

A organização da informação é um processo que envolve a descrição de objetos informacionais (CAFÉ; BRASCHER, 2008). As autoras ainda explicam que o produto desse processo descritivo é a representação da informação, entendida como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. Partindo deste olhar, o objeto informacional aqui estudado e analisado é o manual de doutrina militar.

Dando continuidade ao tema, esta seção se subdivide em três. Na seção 3.1 aborda sobre a representação descritiva de documentos e suas características. Na seção 3.2, é discutido sobre o desenvolvimento de instrumentos e padrões descritivos. E a seção 3.3, é dedicada ao manual militar, explicando sua origem, seus tipos e seus elementos através de exemplos, explorando o objeto de estudo desta pesquisa.

### 3.1 A REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE DOCUMENTOS

A tipologia documental é amplamente discutida no âmbito da Arquivologia, especificamente na Diplomática. Se considerarmos seus aspectos formais, os manuais de doutrina militar, por sua estrutura e finalidade, que inclui um ato administrativo que envolve a publicação de Portaria que o legitima (BELLOTTO, 2008), num primeiro momento, ele nos parece ser um objeto informacional a ser discutido prioritariamente no âmbito da Arquivologia.

Porém, o seu estudo na Diplomática não inviabiliza o olhar biblioteconômico sobre este documento. Isso porque tais manuais têm sido representados em sistemas de bibliotecas com o intuito de disseminação da informação, ou seja, o documento requer um olhar da Biblioteconomia para ser organizado, representado e recuperado, extrapolando seu uso militar e sendo adotado como recurso bibliográfico no meio civil, em especial nos setores que atuam com Defesa, como os cursos de pós-graduação. Sendo assim, o manual de doutrina militar passa a ser um documento também presente nos catálogos de bibliotecas.

De acordo com Otlet (2018), os documentos podem ser de qualquer tipo, publicados ou não; qualquer coisa que tivesse valor probatório, que ‘documentasse’ algo. Briet (2016) afirma que um documento é uma prova em apoio a um fato, é toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova, tendo a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual. Ortega e Lara (2010) apontam que o documento é objeto simultaneamente de natureza material e conceitual, e potencialmente informativo, por apresentar capacidade de conservação, transporte, reprodução e comunicação do signo.

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (CUNHA, 2008) traz as definições clássicas sobre documento que são: suporte de informação; representação da realidade sob uma forma literária (escrito, texto), ou gráfica, ou plástica (ícone, imagem); peça única de material escrito ou impresso que fornece evidência ou informação sobre qualquer assunto etc.

Por isso, é preciso que se tenha a constatação de que a identificação da unidade documentária é necessária à construção do registro de informação, e se dá por meio de metodologias que permitam considerar de modo criterioso as tipologias documentais, o contexto institucional e seu público (ORTEGA, 2009).

Neste sentido, destaca-se que somente é possível organizar e representar o que se conhece, pois é necessário buscar elementos no documento para representá-lo. No que se refere à documentos militares, a organização e representação da informação passou a ter grande destaque no meio militar desde a época da Segunda Guerra Mundial. Especificamente quando Vannevar Bush coordenou as atividades de cerca de seis mil cientistas americanos conduzindo a aplicação da ciência na guerra. Após o término do conflito, ele procurou manter o incentivo a esses cientistas para que eles pudessem continuar a difícil tarefa de tornar acessível o emaranhado estoque de conhecimento produzido à época (BUSH, 1945), pois reconhecia a necessidade de organização da informação produzida durante e posterior a guerra.

De acordo com Cruz (2014), Bush percebia que por um lado as empresas não teriam o mesmo fôlego para pesquisa após o fim da Segunda Guerra Mundial, pois os contratos para a área de defesa diminuiriam, mas que era preciso haver um modo de o governo federal oferecer condições de trabalho adequadas à crescente comunidade científica acadêmica. Ele sabia também como a capacidade de pesquisa nas universidades e institutos de pesquisa poderia complementar os objetivos práticos das empresas no pós-guerra.

Com isso, Bush propôs uma organização do sistema de pesquisa norte-americano, com quatro atores fundamentais: indústrias, universidades, laboratórios governamentais e o governo como planejador e financiador de partes do sistema (CRUZ, 2014), visto que não se podia mais contar com a Europa, que se encontrava destruída devido a Segunda Guerra Mundial, como fonte de ideias fundamentais.

Sendo assim, Vannevar Bush foi considerado um dos “pais” da Ciência da Informação. Ele foi um fomentador da estrutura de financiamento público da ciência, no pós-guerra em 1945 e a Ciência da Informação surge na mesma época, visando atender as demandas por informação na Guerra Fria.

Com ele, introduziu-se o conceito do MEMEX, que seria um dispositivo futuro de uso individual que é uma espécie de arquivo e biblioteca privados mecanizados. Seu propósito era de permitir a uma pessoa armazenar todos os seus livros, arquivos, e comunicações, e que pelo fato de ser mecanizado poderia ser consultado com grande velocidade e flexibilidade. Na verdade, seria um suplemento ampliado e íntimo de sua memória (BUSH, 1945).

A organização e representação da informação compreende a representação documental, ou seja, a representação de um documento como um todo. E, a representação descritiva e a

representação temática são as áreas da Biblioteconomia que tem por função a representação de um documento como todo. Tanto a representação descritiva quanto a representação temática têm o propósito de estabelecer a ponte entre o usuário e o documento e, assim, auxiliar e facilitar o processo de recuperação da informação.

Neste estudo, enfatiza-se na representação descritiva e nos elementos que vão compor uma descrição bibliográfica padronizada para o manual de doutrina militar, sendo assim, apresenta questões relacionadas a este campo.

A Representação Descritiva é pela descrição dos elementos e estabelecimento dos pontos de acesso de título e responsabilidade, excluindo a descrição temática e pontos de acesso de assunto (SILVEIRA, 2017). Sendo constituída por um conjunto de técnicas alicerçadas em conhecimentos teóricos e conceituais (HÜBNER, 2021).

Segundo Pinto Molina (1991, p. 92 *apud* ALMEIDA 2014, p. 36), a Representação Descritiva pode ser definida como a operação encarregada de selecionar “todos os elementos aparentes e convencionais que possibilitem a identificação precisa e formal de cada documento em uma coleção”. Nesse processo, utilizam-se as regras definidas pelo código de catalogação vigente e o documento é identificado e descrito com as informações necessárias para que seja recuperado de maneira rápida e precisa pelo usuário.

O bibliotecário com os seus conhecimentos de Representação Descritiva, ao se deparar com o desafio de ter que organizar coleções, deve fazer analisar cada documento de modo a tirar o máximo de informação sobre os itens. E, para descrevê-los deve-se adequar a estrutura de metadados MARC 21, às necessidades da instituição e às características do documento a ser catalogado (SOUZA; SENNA, 2022).

Além disso, segundo Souza e Senna (2022), é preciso observar os elementos intrínsecos e extrínsecos à obra; ter conhecimento das normas, códigos, tesouros etc., sendo o domínio desses recursos de fundamental importância para a produção de registros sem ambiguidades; representar todos os aspectos da obra, descrevendo-a de forma singular sem deixar de relacioná-la com os contextos histórico e sociocultural.

É de grande importância que os registros bibliográficos sejam adequados ao usuário que irá pesquisar em acervos com esse tipo documental. Desse modo, de acordo com Mey e Silveira (2009), a representação descritiva consiste em um conjunto de informações que simbolizam um registro do conhecimento. Ela tem que possibilitar que o usuário transmita sua mensagem

interna e consiga encontrar em acervo real ou ciberespacial a informação que deseja. E, conforme Santos (2007), os padrões definem, homogeneízam os dados e servem como sustentáculo para a recuperação da informação, de modo a atender aos usuários de forma eficiente e assim contribuir para a produção de conhecimento.

Todavia, com o aumento da fragmentação da informação no ambiente digital e a necessidade de registros unificados, surgiu a possibilidade a partir de uma nova perspectiva de uma interpretação bibliográfica mais holística. Essa visão mais holística significou um avanço para a representação e organização do conhecimento porque as regras de descrição que ainda eram vigentes não eram suficientes para a organização de coleções, além do desenvolvimento dos catálogos para o ambiente digital era necessária a criação extensiva de categorias lógicas englobadas no método ciência da computação e teoria dos sistemas de análise de entidade/relacionamento (PEÑA, 2008). Entretanto, antes de se chegar nessa grande evolução da Representação Descritiva, é importante destacar como se deu esse avanço e através de quais instrumentos isso pôde ser possível.

### 3.2 OS INSTRUMENTOS E PADRÕES DESCRITIVOS

Campello (2006) aponta que as tentativas de se uniformizar a descrição bibliográfica tiveram início em 1595 quando foi publicado o *Catalogue of English printed books*. Esse instrumento procurava reunir livros publicados em inglês, especialmente os religiosos e fixou as primeiras regras de catalogação:

[...] definiu entrada dos autores pessoais pelo sobrenome, estabeleceu princípios de entrada uniforme para a Bíblia, defendeu a ideia de que um livro seja encontrado tanto pelo sobrenome do autor como pelo título, tradutor e assunto, incluiu como elementos de descrição o tradutor, o impressor ou a pessoa para a qual o livro foi impresso, data e número de volume. [...] (CAMPELLO, 2006, p. 57).

Ainda de acordo com Campello (2006), a tentativa de uniformização da descrição bibliográfica a nível nacional, aconteceu em 1791 quando surgiu o código francês. E, assim, influenciou o surgimento de catálogos impressos de grandes bibliotecas.

Importantes contribuições para a evolução da padronização da Representação Descritiva foram trazidas pelos considerados teóricos da catalogação: Panizzi, Jewett, Cutter, Lubetzsky e Ranganathan.

Iniciando com Panizzi, que foi o principal bibliotecário do Museu Britânico no período de 1856 a 1866, quem persistiu na ideia de que os catálogos deveriam ser elaborados segundo um conjunto de padrões e regras. E, de acordo com Machado e Zafalon (2020), existem outros pontos a serem argumentados por Panizzi, que são:

[1] o processo catalográfico deve ser realizado a partir de regras consistentes para atender às necessidades de uniformidade e padronização; [2] novas regras precisam ser providas conforme surjam imprevistos; [3] integridade e precisão devem ser aplicadas a todos os livros; [4] obras anônimas devem ser registradas com a primeira palavra do título, artigos e preposições; [5] obras criadas sob pseudônimo devem ser catalogadas sob o nome do pseudo autor; [6] o registro deve ser tão detalhado a ponto de cada livro fosse mais simplesmente identificável e que a página de rosto era a fonte de dados para o registro (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 22).

Depois de Panizzi, em 1852, veio Jewett com regras bem específicas nas quais dizia que se um autor usasse um pseudônimo e sua identidade fosse conhecida, a obra deveria ser registrada com o nome verdadeiro do autor. Também, para ele, a página de rosto era a fonte primária da informação (o título tinha que ser transcrito exatamente como na obra). Além disso, ele acreditava que as regras deveriam ser rigorosas, atender a todos os detalhes e que o gosto ou julgamento do catalogador deveria ser deixado de lado e evitado (MACHADO; ZAFALON, 2020).

Seguido de Jewett, chega-se a Cutter com a implementação das 368 regras para elaboração de catálogos no ano de 1876. Ele alegava que a elaboração de um catálogo deve otimizar a localização de obras e embasou suas ideias no modo como um usuário de biblioteca procura por informações. Cutter via o catálogo como instrumento importante para atender as necessidades dos usuários. E, ainda, passa por cima dos limites impostos por seus antecessores, é ele quem define o conceito de autoria corporativa, pois considerava que assim como uma pessoa, uma instituição poderia ser registrada como autora de uma obra (MACHADO; ZAFALON, 2020).

Dando continuidade, ~~já~~ no século XX, chega-se a Ranganathan que defendia a criação de um catálogo central e ampliou as discussões para a elaboração de um código internacional de catalogação. Ele atuava em favor da construção de catálogos de forma impessoal e que priorizasse o usuário. Além disso, pensou num modelo de controle bibliográfico baseado em um sistema internacional de intercâmbio de dados catalográficos (MACHADO; ZAFALON, 2020). A contribuição de grande relevância para a representação descritiva foi a obra *Theory of Library Catalogue*, publicada em 1938, onde Ranganathan estabeleceu os Cânones a serem

considerados na delimitação do conjunto de regras de catalogação (MACHADO; ZAFALON, 2020).

E, ainda tem a contribuição de Lubetzky, que em 1953 indicou dois objetivos para as regras de um código de catalogação, conforme Machado e Zafalon (2020):

[1] permitir que o usuário do catálogo determine prontamente se a biblioteca tem ou não o livro que ele deseja, e [2] revelar ao usuário do catálogo, sob uma forma do nome do autor, quais obras a biblioteca tem por um determinado autor e quais edições e traduções de uma determinada obra (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 32).

Porém, devido à complexidade de estabelecer as relações definidas no segundo objetivo, este acabou desconsiderado inicialmente pelos catalogadores da época.

As colaborações de Panizzi, Jewet, Cutter, Ranganathan e Lubetzky para o aprimoramento da Representação Descritiva, serviram de subsídios para se chegar aos primeiros *Princípios Internacionais de Catalogação* que também ficou conhecido como Princípios de Paris. Esses princípios também foram fruto das discussões entre os países que fazem parte da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), que é uma entidade responsável por promover as discussões e decisões da catalogação mundial.

Os Princípios Internacionais de Catalogação foram criados na Conferência de Paris em 1961, com as contribuições de Ranganathan e de Lubetzky, e foram sofrendo alterações à medida que aconteceram novas conferências e os avanços tecnológicos. Eles têm como objetivos ser referência para a padronização internacional da catalogação, orientar a construção de catálogos e dos códigos de catalogação.

Com isso, conforme Campello (2006), a IFLA desenvolveu um programa para o controle bibliográfico universal, que reflete a importância fundamental da padronização da descrição bibliográfica e, assim, permitir o acesso à informação desejada.

Machado e Zafalon (2020) afirmam que foi a publicação de 2009 que detalhou os princípios, que são os seguintes: [1] conveniência do usuário, [2] uso comum, [3] representação, [4] exatidão, [5] suficiência e necessidade, [6] significância, [7] economia, [8] consistência e normalização, e [9] integração. Sendo que a conveniência do usuário é o principal.

Em 2016, teve uma nova atualização em que foram levados em consideração os usuários, o ambiente de acesso aberto, a interoperabilidade, a acessibilidade de dados, os recursos de ferramentas de descoberta e a mudança significativa de comportamento dos usuários em geral. Seguem os princípios, com destaque para os novos: [1] Conveniência do usuário, [2] Uso comum, [3] Representação, [4] Exatidão, [5] Suficiência e necessidade, [6]

Significância, [7] Economia, [8] Consistência e normalização, [9] Integração, [10] **Interoperabilidade**, [11] **Abertura**, [12] **Acessibilidade** e [13] **Racionalidade**. Essas mais recentes acompanham orientação para a descrição bibliográfica.

Com isso, para a composição do registro bibliográfico, são necessários elementos essenciais e complementares. O AACR2 trata esses elementos como obrigatórios e opcionais, e eles são representados através dos níveis de descrição criados pelo código. Cada nível especifica o mínimo de elementos a serem registrados, sendo:

- Primeiro nível é muito limitado, possui poucos elementos descritivos;
- Segundo nível atende bem as necessidades de qualquer acervo; e
- Terceiro nível é tudo o que se pode desejar para a descrição de um acervo especializado (RIBEIRO, 2018, p. 42).

Na RDA, os elementos são chamados de essenciais, que são como conjunto mínimo para qualquer tipo de descrição, abaixo do qual não se deve chegar (RIBEIRO, 2018, p. 36).

Além disso, na última atualização dos ICP também aborda sobre os pontos de acesso que devem estar presente em um registro bibliográfico. No documento, esses elementos são chamados de **pontos de acesso essenciais** e **pontos de acesso adicionais**.

Os pontos de acesso essenciais são aqueles baseados nos principais atributos e relações de cada entidade em uma descrição bibliográfica (IFLA, 2016, p. 12). Nessa categoria tem-se os pontos de acesso essenciais nos dados bibliográficos e os pontos de acesso essenciais nos dados de autoridade. Os pontos de acesso essenciais nos dados bibliográficos abrangem:

[...] o ponto de acesso autorizado para o nome do criador ou primeiro nome do criador da obra quando se cita mais de um;  
o ponto de acesso autorizado para a obra/expressão (que pode incluir o ponto de acesso autorizado para o criador);  
o título propriamente dito ou o título fornecido na manifestação  
datas de publicação ou edição da manifestação;  
ponto de acesso da matéria e/ou números de classificação para a obra  
números normalizados, identificadores e “títulos chave” para a entidade descrita [...] (IFLA, 2016, p. 12).

Os pontos de acesso essenciais nos dados de autoridade incluem o nome autoridade da entidade, os nomes variantes e as formas variantes do nome para a entidade e os identificadores da entidade. Os pontos de acesso adicionais indicam que outros atributos dos dados bibliográficos ou de autoridade podem servir como pontos de acesso opcionais ou como mecanismos de filtro e delimitação de uma pesquisa (IFLA, 2016). Destaca-se que os pontos

de acesso adicionais estão diretamente relacionados às políticas de cada instituição e de acordo com o tipo documental, pois deixa a possibilidade de adicionar ou não um determinado acesso ao documento, sendo assim, este seria um princípio muito importante e que deve nortear a elaboração dos guias de catalogação. Nos dados bibliográficos, esses atributos abrangem, mas não estão limitados a:

[...] nomes de criadores que não sejam os primeiros  
 nomes de pessoas, famílias ou entidades coletivas que desempenham outro papel diferente ao de criador (por exemplo, intérpretes)  
 títulos variantes (por exemplo, títulos paralelos ou títulos de cabeçalho)  
 pontos de acesso autorizados para as séries  
 identificadores de dados bibliográficos  
 idioma da expressão contida na manifestação  
 lugar de publicação  
 forma do conteúdo  
 tipo de mídia  
 tipo de suporte [...] (IFLA, 2016, p. 13).

E, nos dados de autoridade, esses atributos incluem, mas não estão limitados a nomes ou títulos de entidades relacionadas e identificadores dos dados de autoridade (IFLA, 2016, p. 13).

Dando continuidade na discussão sobre a evolução e transformação da Representação Descritiva, será trazida a abordagem sobre os códigos de catalogação desde a primeira versão até o código de catalogação atual.

Os códigos de catalogação foram elaborados com o propósito de uniformizar a representação de obras, aproximando o modo como as diferentes bibliotecas registram seus materiais. Também, tinha o objetivo de tornar os registros bibliográficos integrados a um catálogo e coerente em sua relação, permitindo relacionar os itens catalogados mesmo que descritos individualmente.

Nesse contexto, será abordado, primeiramente, o Código de Catalogação Anglo-Americano. Esse código teve três versões que são: o AACR, AACR2 e o AACR2r. O AACR tem como base a Conferência Internacional de Paris em 1961 e das ideias de Lubetzky. Cada país teve sua edição e tinha por objetivo servir de base para o tratamento da informação através de um sistema de pontuação em que a catalogação possa ser feita pelo suporte físico da obra com uma escrita convencional ou legível por máquina (MACHADO; ZAFALON, 2020).

O AACR2 foi a revisão do AACR mencionado anteriormente depois da Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação realizada na cidade de Copenhague em 1969.

Desse evento surgiu a proposta para o estabelecimento de normas internacionais para a forma e conteúdo da descrição bibliográfica e, também, na criação das Regras Internacionais de Descrição Bibliográfica denominadas ISBDs. Sendo assim, o AACR2 se baseou em princípios e foi planejado para a representação descritiva de materiais impressos em papel. Com as atualizações, a ideia era melhorar seu desempenho e oferecer regras que ajudassem a registrar o maior número de mídias (MACHADO; ZAFALON, 2020).

Nesse contexto, foram criadas as *International Standard Bibliographic Descriptions* (ISBDs) com regras específicas separadas por tipo de suporte documental. A primeira a ser criada foi a ISBD (M) para publicações monográficas (1971) e, posteriormente, foram criadas as demais baseadas na *General International Standard Bibliographic Description* (ISBD (G)), conforme descrição abaixo:

- Publicações seriadas – ISBD(S), substituída pela ISBD (CR) para periódicos e outros recursos contínuos;
- Material cartográfico – ISBD (CM);
- Materiais não-bibliográficos – ISBD (NBM);
- Música impressa – ISBD (PM);
- Obras raras – ISBD (A);
- Recursos eletrônicos – ISBD (ER);
- Arquivos de computador – ISBD (CF) (MACHADO; ZAFALON, 2020).

As atualizações das ISBDs foram contínuas de forma que a descrição bibliográfica tivesse progressões significativas. Esse processo iniciou em 1977, quando o Comitê Permanente da IFLA sobre Catalogação tomou novas decisões importantes em relação ao programa das ISBDs. Decidiu-se que todos os textos das ISBD seriam fixados a uma vida de cinco anos, após a qual a revisão seria considerada para todos os textos ou para textos específicos<sup>4</sup> (ISBD, 2021).

Como resultado, formou-se um Comitê de Revisão do ISBD que se reuniu pela primeira vez em 1981 para fazer planos de revisão para as ISBDs. As ISBDs foram republicados da seguinte forma: ISBD(M), ISBD(CM) e ISBD(NBM) em 1987, ISBD(S) em 1988, ISBD(CF) para arquivos de computador em 1990, ISBD(A) e ISBD(PM) em 1991, e ISBD(G) em 1992

---

<sup>4</sup> [...] 1977, the Standing Committee of the IFLA Section on Cataloguing made important new decisions in relation to IFLA's programme of ISBDs. It was decided that all ISBD texts would be fixed to a life of five years, after which revision would be considered for all texts or for particular texts [...] (ISBD, 2021).

Depois disso, o ISBD(CF) tornou-se ISBD(ER) para recursos eletrônicos e foi publicado em 1997<sup>5</sup> (ISBD, 2021).

Na década dos anos 2000, na revisão do projeto, a ISBD(S) foi revisada para a ISBD(CR) para seriados e outros recursos contínuos, e foi publicado em 2002 após reuniões para harmonizar a ISBD(S) com as diretrizes do ISSN e com as Regras de Catalogação Anglo-Americanas, 2ª edição. A ISBD(M) revisado também foi publicado em 2002, e a ISBD(G) revisado em 2004. A ISBD(CM) e a ISBD(ER) passaram pelo processo de revisão mundial e foram revisados após esse processo, mas não foram concluídos naquele momento porque o trabalho foi iniciado em um ISBD consolidado. A Edição preliminar consolidada foi publicada em 2007 (IFLA, 2021)<sup>6</sup>.

As revisões seguintes tiveram o propósito de melhorar a interoperabilidade entre sistemas de recuperação bibliográfica e formatos de exibição. No entanto, o Grupo de Revisão da ISBD decidiu focar na manutenção da edição consolidada da ISBD, que substituiu as ISBDs individuais. Nessa manutenção da ISBD, o grupo continuará levando em conta mudanças nos códigos de catalogação nacionais e multinacionais devido a mudança de natureza dos recursos e os recentes desenvolvimentos tecnológicos que impactaram o acesso bibliográfico. Nessa perspectiva, publicou-se a edição consolidada de 2011 (MACHADO; ZAFALON, 2020).

Na última revisão, de 2021, trouxeram os desenvolvimentos feitos nesta atualização e ampliaram a cobertura da ISBD para uma gama maior de recursos, otimizaram sua capacidade de descrição, além de mais organização e refinamentos. Também foi alcançada mais harmonização na descrição dos recursos. Esse trabalho que vem sendo feito tem sido para esclarecer certas ambiguidades ou diferenciar entre conceitos próximos e corrigir alguns erros tipográficos e outros detectados durante esses anos no texto da Edição Consolidada de 2011.

---

<sup>5</sup> [...] As a result, the Standing Committee formed an ISBD Review Committee; it first met in 1981 to make plans for reviewing and revising the ISBDs. The ISBDs were republished as follows: ISBD(M), ISBD(CM) and ISBD(NBM) in 1987, ISBD(S) in 1988, ISBD(CF) for computer files in 1990, ISBD(A) and ISBD(PM) in 1991, and ISBD(G) in 1992. [...] Thereafter, ISBD(CF) became ISBD(ER) for electronic resources, published in 1997 [...] (ISBD, 2021).

<sup>6</sup> [...] In this general revision project, ISBD(S) was revised to ISBD(CR) for serials and other continuing resources and was published in 2002 following meetings to harmonize the ISBD(S) with the ISSN guidelines and with the Anglo-American Cataloguing Rules, 2nd edition. A revised ISBD(M) was also published in 2002, and a revised ISBD(G) in 2004. ISBD(CM) and ISBD(ER) underwent the worldwide review process and were revised following that process but were not finished at that time because work was begun on a consolidated ISBD. Preliminary consolidated edition, 2007 [...] (ISBD, 2021).

Ajustes também foram realizados devido às exigências e à adição de novos tipos de recursos com estipulações sobre como descrevê-los. Entre elas estão:

- o conteúdo do ISBD foi estendido para abranger recursos inéditos;
- possui estipulações integradas para a aplicação do ISBD à descrição das peças componentes;
- removeu ambiguidades e esclareceu estipulações de recursos cartográficos;
- novos elementos foram introduzidos em áreas apropriadas e no Glossário conforme necessário; • foram adicionados exemplos às novas estipulações para apoiar a implementação pelos usuários da norma (IFLA, 2021, tradução da autora<sup>7</sup>).

Embora as ISBDs tenham sido um marco importante para a padronização da descrição bibliográfica, existiam grandes debates na comunidade catalogadora sobre a possível criação de um modelo teórico de informação bibliográfica no lugar das regras tradicionais já conhecidas. Isso fez com que a comunidade refletisse sobre o assunto e, assim, surgiram os modelos conceituais e abstratos denominados *Functional Requirements* (FR).

Os *Functional Requirements of Bibliographic Records* (FRBR) são referencial teórico atualizado para orientar a elaboração de formatos de descrição que sejam úteis para as diversas categorias de usuários de catálogos (CAMPELLO, 2006). Com abordagem baseada no usuário, define de forma sistemática os elementos que ele espera encontrar numa descrição bibliográfica. Assim, conforme Peña (2008), os FRBR simplificam, esclarecem e sistematizam a representação documental por meio do agrupamento dos dados em entidades, atributos e relacionamentos, a partir de regras mais gerais, onde os campos e as relações são estabelecidos para bases de dados de qualquer tipo no meio digital.

A família FR foi estabelecida para a compreensão do universo bibliográfico, pois era uma forma de não mais se limitar somente às características físicas do recurso informacional ou essas mesmas características estariam melhor identificáveis. Isso mostra uma redefinição da

---

<sup>7</sup> [...] Summary of the Updates

The developments made in this *Update* extended the coverage of ISBD to a larger array of resources, optimized its ability for granular description, brought more organization and refinements and achieved more harmonization in the description of resources.

The work that has been done has been to clarify certain ambiguities or differentiate between close concepts and to correct some typographical and other errors detected during these years in the text of the 2011 Consolidated Edition. Augmentations were also made because of requirements due to adding new types of resources with stipulations on how to describe them. Among these are:

- the content of the ISBD has been extended to encompass *unpublished resources*;
- it has integrated stipulations for the application of the ISBD to the description of *component parts*;
- it has removed ambiguities and clarified stipulations of *cartographic resources*;
- new elements were introduced in appropriate *Areas* and in the *Glossary* as required;
- examples have been added to the new stipulations to support implementation by the users of the standard [...] (ISBD, 2021)

descrição bibliográfica, haja vista às mudanças no campo tecnológico. Com isso, a IFLA propôs os três modelos conceituais: *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) e o *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD).

A construção do FRBR foi motivada pela expansão da catalogação cooperativa ou compartilhada e, também, por contribuir para o controle bibliográfico, pois de acordo com Campello (2006, p. 9), os catálogos constituíram os únicos instrumentos para esse fim. Além disso, os FRBR também foram criados visando reduzir custos com a catalogação.

De acordo com Fusco (2011, p. 16), esse modelo conceitual baseia-se na modelagem entidade-relacionamento, estendendo-se pelo uso dos conceitos da orientação a objetos e tem como foco as necessidades dos usuários, propondo o relacionamento dos valores dos atributos das entidades de modo que os dados ajudem a encontrar, identificar, selecionar e obter as informações por parte dos usuários.

As entidades-relacionamento podem ser divididas em três grupos, segundo Fusco (2011):

- Grupo 1: Produto de trabalho intelectual ou artístico;
- Grupo 2: Responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, pela produção física e disseminação ou pela guarda das entidades do primeiro grupo; e
- Grupo 3: Conjunto adicional de entidades que servem como assuntos de Obras: conceito, objeto, evento e lugar (FUSCO, 2011, p. 88).

São as entidades do Grupo 1: obra, expressão, manifestação e item; as entidades do Grupo 2: pessoas e organizações; e, as entidades do Grupo 3 são: conceito, objeto, evento e lugar. Sendo que as entidades do Grupo 2 se relacionam diretamente com as do Grupo 1 e as entidades do Grupo 3 servem de assunto de obra (MACHADO; ZAFALON, 2020).

O *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD), que é uma extensão das entidades do Grupo 2 do FRBR, enfatiza nos dados de autoridade e possui as seguintes entidades: pessoa, instituição e família. Ele também apresenta entidades, atributos, relações e tarefas dos usuários, repetindo algumas das entidades presentes no FRBR. Possui os mesmos objetivos do FRBR e serve de referencial tanto para catalogadores quanto para o desenvolvimento de novos padrões e códigos de catalogação (MACHADO; ZAFALON, 2020).

O *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), que é um aprofundamento das entidades do Grupo 3, abarca os assuntos das obras. Suas entidades são denominadas Thema e Nomen e esses termos não têm um significado no contexto

biblioteconômico, pois são neutros e não requerem tradução. Esse modelo conceitual permite que o usuário explore a fim de que ele possa encontrar, identificar e selecionar determinado recurso informacional (MACHADO; ZAFALON, 2020).

Mesmo com essa evolução dos instrumentos de descrição bibliográfica, as discussões ainda permaneciam em torno da necessidade da Representação Descritiva acompanhar os avanços tecnológicos, reavaliar os sistemas automatizados de busca e recuperação da informação, além de dinamizar a organização, representação e acesso à informação. Esses conceitos e regras que consolidam a elaboração de registros bibliográficos, o uso e reuso de metadados criados, e o desempenho dos catálogos precisam ser adequados à nova realidade.

Essas justificativas trouxeram força para o nascimento de um novo padrão que abarcasse as necessidades de descrição de novos recursos, emergentes tipos de mídias e conteúdo, além dos catálogos já disponíveis em ambiente online. E, assim, o *Resource Description and Access* (RDA) surgiu para acompanhar as inovações tecnológicas e trouxe efeitos tanto na elaboração dos catálogos quanto no uso destes por parte dos usuários (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 87).

O RDA tem a finalidade de vincular os dados que compõem os catálogos, o que torna a pesquisa em catálogos online mais dinâmica e veloz. Ele busca ser um instrumento de catalogação alinhado de forma firme e explícita com um modelo conceitual escolhido, ficando evidente seu direcionamento para as entidades, atributos e relações presentes nos modelos (MACHADO; ZAFALON, 2020).

No entanto, essa nova norma ainda continua em aperfeiçoamento, pois além de estar relacionado diretamente aos modelos conceituais abordados anteriormente, ele também continua tendo ligações às ideias e ideais dos grandes teóricos da catalogação também já estudados.

Com isso, enquanto da publicação do RDA, também surgiu o *Library Reference Model* (IFLA LRM) que foi a unificação dos três modelos conceituais da família FR (FRBR, FRAD e FRISAD). Esse modelo foi idealizado para ser um modelo conceitual de referência para dados de bibliotecas, todavia não assume posição de código de catalogação, servindo somente de guia para as regras e como base para implantar sistemas bibliográficos (MACHADO; ZAFALON, 2020).

A IFLA LRM abarca os elementos empregados em modelos do tipo entidade-relacionamento: entidade, atributo e relacionamento. Nesse modelo foram adotadas classes e subclasses além de existir as hierarquias entre as entidades. As entidades são o objeto de interesse dos usuários, porque são descritas bibliograficamente em conjunto com os dados de autoridades uma vez que o modelo trata os dois tipos de dados como informação bibliográfica (MACHADO; ZAFALON, 2020).

Atualmente, existe o projeto de atualização do RDA, que ainda se encontra em andamento, por conta das discussões sobre o assunto e, também, por conta de as bibliotecas estarem fazendo uma transição para o novo código baseando-se no IFLA-LRM. O que se pode afirmar de fato, é que com esse modelo conceitual e sua constante atualização, a forma como o RDA trata os dados bibliográficos acaba por sofrer mudanças significativas (MACHADO; ZAFALON, 2020).

Com isso, depois da abordagem sobre o que é documento, sobre a organização da informação e do conhecimento, sobre a Representação Descritiva, seus instrumentos e avanços, parte-se para a explicação sobre os manuais de doutrina do Exército Brasileiro, que são os documentos escolhidos como objeto deste trabalho, neste contexto de Representação Descritiva.

### 3.3 OS MANUAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Na subseção 1.1, apresentou-se o objeto de estudo desta pesquisa, um documento produzido pelo Exército Brasileiro (EB). O Exército Brasileiro é uma instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destina-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 2014, p. 15).

Sua missão é defender a pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem; apoiar a política exterior do país; cumprir atribuições subsidiárias. Além disso, contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, salvaguardando os interesses nacionais, e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso,

preparar a força terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão (BRASIL, 2014, p. 21).

O Exército deve integrar-se permanentemente à nação, sendo um vetor de segurança e coesão nacional, paz interna e harmonia social. Manter-se apto a atuar como um instrumento de dissuasão e de emprego do poder nacional, desenvolver a capacidade de projeção de poder, de forma a apoiar a inserção internacional do Brasil e, por fim, assegurar um elevado nível de prontidão (BRASIL, 2014, p. 21).

O EB possui referenciais fixos, fundamentos imutáveis e universais que são chamados valores militares. Os valores militares são: o patriotismo (“servir a pátria), o civismo (culto aos símbolos nacionais), a fé na missão do Exército (amar o Exército Brasileiro), o amor à profissão (“vibrar com as “coisas” do Exército), o espírito de corpo e a coragem (BRASIL, 2014, p. 35). Sendo assim, os valores militares estão no campo ideológico e a doutrina militar é influenciada pelos valores militares e pela cultura institucional da Força, mas seu caráter é pragmático<sup>8</sup>.

A organização do Comando do Exército é denominada Organização Básica do Exército (OBE) e tem a seguinte estrutura: Órgão de Direção Geral (ODG); Órgãos de Assessoramento Superior (OAS); Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI); Órgãos de Direção Setorial (ODS); Força Terrestre (F Ter); e entidades vinculadas (BRASIL, 2014, p. 53).

Ao mostrar a importância e representatividade da instituição Exército, chega-se à conclusão de que é primordial e essencial ter uma organização e representação da doutrina militar de forma padronizada para que essas informações produzidas não se percam na base de dados e repositórios existentes dentro da força terrestre. Assim, entra-se na temática central dessa pesquisa que é a organização e representação descritiva dos manuais de doutrina militar contemporâneos (dos anos 2000 a 2022).

Primeiramente, será abordado sobre os documentos padronizados produzidos pelo Exército de modo a mostrar seus tipos e funções. Portanto, de acordo com as Instruções Gerais para as publicações padronizadas (2011), são publicações padronizadas produzidas pelo Exército: catálogo, caderno de instrução, diretriz, glossário, instrução, manual, normas, plano, política, programa, regimento, regulamento e vade-mécum.

---

<sup>8</sup> Durante a arguição da banca na defesa desta dissertação, o Prof. Dr. Fernando Velôzo Gomes Pedrosa – membro suplente externo – destacou que os manuais representam a doutrina pragmática da Força, não a sua ideologia.

No catálogo tem-se listas descritivas que são organizadas segundo critérios preestabelecidos com o objetivo de fornecer informações sobre determinado assunto de forma clara, rápida e completa. O caderno de instrução:

tem a finalidade de orientar a instrução de táticas, técnicas e procedimentos ou de outra natureza, relativa a assunto específico, minucioso ou de pequena amplitude. Prático, complementa manuais e regulamentos onde for necessária informação específica e detalhada, que não caberia apresentar em outro documento; (BRASIL, 2011, p. 15)

A diretriz preconiza os objetivos definidos pelas políticas fixadas na organização. É um conjunto de instruções ou prescrições de caráter detalhado e específico, baixadas por autoridade competente, visando definir objetivos e metas, orientar a ação, fixar prioridades ou regular a conduta para a consecução de uma atividade administrativa, operacional, de instrução ou de ensino e o glossário é uma relação de termos técnicos que são empregados com as suas respectivas definições.

As instruções regulam procedimentos específicos a serem observados no âmbito da estrutura funcional da força terrestre, com prazo ou não de vigência, não especificadas em outras publicações e podem ser:

- a) gerais – prescrevem as normas de processamento relativas às atividades gerais ou globais do Exército; e
- b) reguladoras – de caráter administrativo, regulam os procedimentos ou pormenorizam o funcionamento dos órgãos do Exército (EXÉRCITO, 2011, p. 15).

As normas determinam prescrições regulamentares e preceitos sobre definições, características e especificações, calcados em dispositivos regulados, baixados por autoridades competentes. Elas se apresentam sob a forma de códigos ou de nomenclaturas. A política é um documento expedido pelo Comandante do Exército, baseado em estudos e propostas elaborados pelo Estado Maior do Exército (EME), que orienta e conduz determinado processo global que vise à conquista e manutenção desses objetivos; e o programa consiste em um conjunto articulado de ações executivas e/ou projetos a serem desenvolvidos de acordo com um cronograma, para atender a objetivos fixados em planos.

O regimento e o regulamento apresentam uma conexão, enquanto o primeiro é o conjunto de normas que regem o funcionamento de uma Instituição e/ou Órgão e o segundo é o conjunto de regras que orientam o comportamento, as atitudes e a vida administrativa de uma Organização Militar (OM), em complemento ao respectivo regimento.

E, como último documento padronizado produzido pelo EB, tem-se o vade-mécum que é uma publicação de conteúdo prático que trata de aspectos técnicos e táticos das armas, quadros e serviços ou do cerimonial militar.

Todos os documentos abordados anteriormente possuem grande importância para a força, porque também é através deles que são cumpridos e mantidos os preceitos do EB. Visto isso, o tipo de documento que foi selecionado para ser estudado e examinado nesta pesquisa será o manual, explanado a seguir.

Antes de começar a explorar o manual de doutrina militar propriamente dito, se apresenta o conceito de manual utilizado por outras áreas do conhecimento. Assim, de acordo com o Instituto Siegen [20--?], manuais são um conjunto de normas, procedimentos, funções, atividades, políticas, objetivos, instruções e orientações que devem ser obedecidas e cumpridas pelos membros da instituição que o criou.

De acordo com Marques e Oda (2012), o manual, pela perspectiva da Administração, é todo conjunto escrito de normas, procedimentos, funções, atividades, políticas, instruções e orientações e o modo pelo qual tarefas e atividades devem ser seguidas, executadas e cumpridas por todos os envolvidos diretamente com uma organização. Os manuais vão variar de tipologia dependendo da sua aplicabilidade, podendo ser: de políticas e diretrizes, de organização, de normas e procedimentos, de operações, de instruções especializadas, de formulários, do empregado etc.

Através da ideia trazida sobre o manual comum, chega-se à definição de manual de doutrina militar que conforme as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2017) é a publicação que estabelece princípios fundamentais, concepções e conceitos doutrinários; ou que regula as questões relacionadas ao preparo e emprego da força terrestre, ao ensino, à instrução, aos procedimentos, ao gerenciamento organizacional e às técnicas inerentes ao Exército.

Jackson (2013), afirma que os manuais de doutrina militar representam a formalidade da doutrina militar, sendo assim, os manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro representam a formalização da doutrina militar brasileira, pois é responsável por orientar a organização, o preparo e o emprego da força terrestre.

Para compreender sobre o instrumento de formalização da doutrina militar, também é necessário abordar sobre o que é e o que significa a doutrina. A partir disso, a doutrina militar

é “[...] conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas. Engloba, ainda, a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares;” (BRASIL, 2017, p. [6]).

Ainda sobre a afirmativa de Jackson (2013), os manuais significam a formalização da doutrina militar, e se tratando do Exército Brasileiro, o manual significa a formalização da doutrina militar terrestre. Sobre a doutrina militar terrestre diz-se que:

[...] conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da Força Terrestre, estabelecido com a finalidade de orientá-la no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável em operações terrestres e conjuntas. A DMT estabelece um enquadramento comum para ser empregado por seus quadros como referência na solução de problemas militares (BRASIL, 2017, p. [6]).

Assim, para a formalização da doutrina militar, faz-se necessário a elaboração de produtos doutrinários. Estes produtos são o resultado da atividade de produção doutrinária que levam à consecução dos produtos doutrinários finalísticos do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT).

Antes de chegar aos produtos doutrinários e destacar os manuais de doutrina, também é importante explorar sobre como e quando se iniciou a formalização da doutrina militar. E, de acordo com Pedrosa (2018), a formalização da doutrina militar surgiu na Idade Moderna por meio da publicação de manuais e evoluiu com o surgimento das quatro escolas da ontologia doutrinária.

Segundo Jackson (2013), ao longo da história, os manuais de doutrina foram agrupados em quatro "escolas", que foram rotulados como manual técnico, manual tático, manual operacional e escolas técnicas estratégicas militares<sup>9</sup>.

Na primeira escola, o manual foi rotulado de "manual técnico", que é caracterizada por doutrina que fornece instruções concisas sobre como empregar vários sistemas militares. Os manuais de doutrina que se encaixam nessa categoria são geralmente estreitos em foco, geralmente são empregados como "manuais de instrução", e tendem a delinear claramente os

---

<sup>9</sup> [...] Through this history, it is determined that doctrine manuals can be grouped into four “schools,” which can be labeled the technical manual, tactical manual, operational manual and military strategic manual schools. [...] (JACKSON, 2013, p. 11).

processos e procedimentos corretos dos incorretos em termos absolutos e inflexíveis<sup>10</sup> (JACKSON, 2013).

A segunda escola de ontologia doutrinária surgiu no século XIX e sua proliferação foi um produto de reformas militares. Nesta escola o manual foi rotulado de “tático”. O objetivo é descrever as táticas mais atualizadas da época de sua publicação e vários foram inicialmente baseados nas táticas desenvolvidas por Napoleão, como descrito pelos principais pensadores militares do final do século XVIII e início do século XIX, sendo Jomini o mais famoso entre eles<sup>11</sup> (JACKSON, 2013).

Na terceira escola de ontologia doutrinária, o manual foi rotulado de “operacional”. Os manuais desta escola tendem a ser aplicados para fornecer "orientação" para comandantes operacionais e equipe de planejamento. Esse papel doutrinário tem sido acompanhado de grandes mudanças no uso pedagógico da doutrina. Especificamente, seu uso tem aumentado acentuadamente em destaque dentro de cursos de formação de oficiais intermediários e de nível superior<sup>12</sup> (JACKSON, 2013).

Na quarta e última escola, o manual foi nomeado como manual "estratégico". Este rótulo é derivado da subdivisão conceitual do "nível estratégico de guerra" em estratégia nacional (alternativamente rotulada de grande estratégia ou objetivos de política nacional) de um lado e estratégia militar, por outro. Na primeira dessas subdivisões, os governos determinam metas estratégicas abrangentes que têm aspectos militares e outros, enquanto na segunda subdivisão, os próprios militares desenvolvem estratégias institucionais para que eles implementem os aspectos militares da estratégia nacional. Os manuais de doutrina na escola estratégica militar

---

<sup>10</sup> [...] This first school, which could be labeled the “technical manual” school, is characterized by doctrine that provides concise instructions about how to employ various military systems, usually hardware. Doctrine manuals that fit into this category are generally narrow in focus, are usually employed as “instruction manuals”, and tend to clearly delineate correct from incorrect processes and procedures in absolute and inflexible terms. [...] (JACKSON, 2013, p. 12).

<sup>11</sup> [...] The second school of written doctrinal ontology emerged against this backdrop and its proliferation was a product of these and other military reforms of the 19th century. This school could be labeled the “tactical manual” school. Manuals in this school purport to describe the most up-to-date tactics at the time of their publication and several were initially based on the tactics developed by Napoleon, as described by the key military thinkers of the late 18th and early 19th centuries, Jomini the most famous amongst them. [...] (JACKSON, 2013, p. 17).

<sup>12</sup> [...] Due to this intent, the third school of doctrinal ontology could be labeled the “operational manual” school. Manuals in this school have tended to be applied to provide “guidance” for operational commanders and planning staff. This doctrinal role has been accompanied by major changes in the pedagogical use of doctrine. Specifically, its usage has increased markedly in prominence within intermediate and senior level officer education courses. [...] (JACKSON, 2013, p. 22).

são geralmente referidos como manuais "keystone" ou "capstone" e geralmente se situam no auge das hierarquias doutrinárias formalmente estabelecidas<sup>13</sup> (JACKSON, 2013).

Ainda de acordo com Jackson (2013) existem três distinções entre as escolas. A primeira é a natureza de sua relação com a ontologia militar. A segunda distinção perceptível entre as quatro escolas é que o escopo dos conteúdos e o público-alvo se amplia entre cada escola. A distinção final é que a maneira pela qual os manuais em cada escola são aplicados varia com os manuais em cada escola sucessiva sendo aplicados respectivamente como manuais de instrução, auxiliares de treinamento, orientação e como instrumentos de análise<sup>14</sup>.

A partir da discussão apresentada sobre a origem da doutrina, evidencia-se que o corpo da doutrina é constituído por um conjunto de manuais e outros documentos normativos que:

orientam a organização da força; os métodos de instrução e adestramento; os sistemas de recrutamento de pessoal e da mobilização de material; os métodos de tomada de decisão e de planejamento; o emprego das formações de combate nos campos estratégico, tático e logístico; e as especificações para o desenvolvimento ou aquisição, com vistas a equipar a Força (HISTÓRIA..., 1984, p. 285).

E, para que as premissas citadas sejam cumpridas, a doutrina militar terrestre se desenvolva e o processo de transformação da força aconteça, é necessária a produção de documentos padronizados, que conforme o art. 2 da seção II das instruções reguladoras para as publicações padronizadas do Exército:

A publicação padronizada no EB é todo documento impresso ou digitalizado aprovado por ato de autoridade competente e utilizado como meio de difusão de normas, ordens, instruções, informações e conhecimentos e que obedeça ao formalismo estabelecido nestas IG (BRASIL, 2011, p. 13).

E assim, o Exército, através de um ato normativo, definiu a criação dos produtos doutrinários para continuar o desenvolvimento de sua doutrina militar terrestre. Estes produtos

---

<sup>13</sup> [...] This school could be labeled the “military strategic” school. This label is derived from the conceptual sub-division of the “strategic level of war” into national strategy (alternatively labeled grand strategy or national policy objectives) on one hand and military strategy on the other. In the first of these sub-divisions, governments determine overarching strategic goals that have military as well as other aspects while in the second sub-division, militaries themselves develop institutional strategies to enable them to implement the military aspects of national strategy. Doctrine manuals in the military strategic school are generally referred to as “keystone” or “capstone” manuals and they usually sit at the pinnacle of formally established doctrine hierarchies. [...] (JACKSON, 2013, p. 28-29).

<sup>14</sup> [...] First is the nature of their relationship to a military’s ontology. [...] The second noticeable distinction between the four schools is that the scope of the contents and the intended audience broadens between each school. [...] The final distinction is that the manner in which the manuals in each school are applied varies with manuals in each successive school being applied respectively as instruction manuals, training aids, guidance, and as instruments for analysis. [...] (JACKSON, 2013, p. 11-12).

doutrinários classificam-se quanto ao fim a que se destinam, sendo: Caderno de Instrução (CI), Compreensão das Operações (COMOP), Condicionantes Doutrinárias e Operacionais (CONDOP), Manual (MNL), Manual de Campanha (MC), Manual de Ensino (ME), Manual Experimental (MNL EXP), Manual de Fundamentos (MF), Manual Técnico (MT), Nota Doutrinária (ND), Quadro de Organização (QO), Quadro de Organização Experimental (QO EXP), Requisitos Operacionais (RO) e Vade-Mécum (VM) (BRASIL, 2017). Tem-se que destacar que os produtos doutrinários mencionados estão atualizados de acordo Portaria nº 1.550, de 8 de novembro de 2017 que aprovou as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG-01.005), 5. ed., 2017, e deu outras providências, pois na seção anterior foi abordado sobre as publicações padronizadas na força terrestre baseada na primeira edição das Instruções Gerais para as publicações padronizadas do Exército.

Logo, são esses documentos padronizados que têm o objetivo de definir o conjunto de valores, fundamentos, conceitos, concepções, táticas, técnicas, normas e procedimentos da força terrestre, estabelecido com a finalidade de orientá-la no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável em operações terrestres e conjuntas.

Os documentos padronizados do Exército podem ser classificados quanto a natureza, temporalidade, sigilo e controle. O objeto de estudo dessa pesquisa foi os manuais que são publicações que estabelecem princípios fundamentais, concepções e conceitos doutrinários. Eles também regulam as questões relacionadas ao preparo e emprego da força terrestre, ao ensino, à instrução, aos procedimentos, ao gerenciamento organizacional e às técnicas inerentes ao Exército (BRASIL, 2017). Além disso, os manuais são hierarquizados por níveis, que englobam: valores, princípios, concepções, conceitos, táticas, técnicas e procedimentos. (BRASIL, 2017). Eles podem ser dos seguintes tipos: de campanha, de ensino, experimental, de fundamentos e técnico, conforme explicação abaixo:

- Os manuais de campanha tratam das questões de doutrina, instrução e emprego da força terrestre, ou seja, regulam as concepções, os conceitos operativos e as táticas dos escalões da força terrestre (unidade ou grande unidade), bem como as formas de emprego desses escalões (BRASIL, 2017);
- Os manuais de ensino são produzidos pelos estabelecimentos de ensino em qualquer nível que visa complementar e detalhar os conhecimentos doutrinários e técnicos em vigor, podendo conter orientações pedagógicas para dar auxílio ao

aprendizado, logo estabelece definições e orientações de caráter pedagógico sobre o emprego da força terrestre, incluindo as suas organizações e materiais de emprego militar que mereçam ser estudados nos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2017);

- Os manuais experimentais têm o caráter temporário que regula as concepções, os conceitos operativos e as táticas dos escalões da força terrestre (unidade ou grande unidade), bem como as formas de emprego desses escalões, com o objetivo de possibilitar o início de uma experimentação doutrinária. Poderá, ainda, ser aplicado no contexto de exercícios ou simulações de combate que contribuam para o processo de validação. É aprovado pelo Chefe do Centro de Doutrina do Exército (C Dou Ex). E, o seu tempo de validade e o universo de usuários serão regulados por documentação específica ou no próprio corpo do manual (BRASIL, 2017);
- Os manuais de fundamentos são manuais que incluem um universo de conhecimentos que abrangem princípios e valores, para obtenção de objetivos individuais e institucionais, e concepções e conceitos relacionados à doutrina e a outras atividades funcionais de abrangência do Exército Brasileiro (BRASIL, 2017);
- Os manuais técnicos abordam assuntos técnicos ou questões relativas ao suprimento, à manutenção, ao funcionamento, ao manuseio de artigos de suprimento do Exército e ao gerenciamento organizacional, portanto estabelece as técnicas e os procedimentos para o emprego de frações da força terrestre, bem como para a utilização de materiais de emprego militar (BRASIL, 2017).

É com bases nas definições apresentadas anteriormente e nos seus elementos de descrição que os manuais foram analisados. Além disso, é necessário conhecer a fundo esse tipo documental, suas partes e seus elementos para que seja possível estabelecer a melhor representação descritiva desse documento cumprindo a premissa dos Princípios Gerais de Catalogação e, principalmente, ajudar na tomada de decisão do profissional bibliotecário que atua no processamento técnico de publicações.

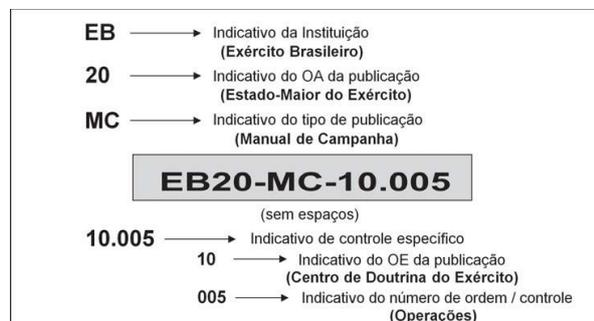
De acordo com esses princípios, se deve fazer todos os esforços para manter todos os dados compreensíveis e adequados para que a recuperação de informações seja facilitada. E as decisões referentes a criação das descrições e as formas controladas dos nomes para os acessos, devem ser decididas tendo em mente um sistema de recuperação da informação eficiente e eficaz.

Segundo as Instruções Gerais para a elaboração de documentos padronizados (2011), os manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro podem ser identificados através de um código que compreende 3 (três) conjuntos em que:

1. o primeiro desses conjuntos será a sigla EB (indicativa do Exército Brasileiro), seguida de dois algarismos arábicos, que indicarão o Órgão de Aprovação da publicação (OA);
2. o segundo conjunto será o indicativo do tipo de publicação, representado por até duas letras, como exemplo C para catálogo, CI para cadernos de instrução, D para diretriz etc.;
3. o terceiro conjunto do código será a numeração da publicação (indicativo de controle específico), em algarismos arábicos, composto de dois grupos (o primeiro com dois dígitos e o segundo com três dígitos), em que o primeiro grupo indicará o Órgão de Elaboração (OE) e o segundo grupo o número de ordem/controlado da publicação (controlado pelo próprio órgão de elaboração).

Na figura 5, encontram-se todos os elementos descritos acima e, assim, pode-se visualizar a identificação do manual do EB:

Figura 5 – Decodificação da identificação da publicação<sup>15</sup>



Fonte: Instruções gerais de elaboração de documentos padronizados (2011).

<sup>15</sup> Durante a arguição da banca na defesa desta dissertação, o Prof. Dr. Fernando Velôzo Gomes Pedrosa – membro suplente externo – esclareceu que a decodificação da identificação da publicação neste modelo é da 2ª década do século XXI. Antes havia bastante diferenças. Antes de 1920, não havia qualquer codificação.

Visto isso, a figura 6 representa uma página de rosto de um manual de doutrina militar do EB, onde pode-se ver o número dele conforme o quadro acima, seu título e quando foi publicado.

Figura 6 - Página de rosto do manual militar do EB



Fonte: Manual de Campanha Operações Interagências (2020).

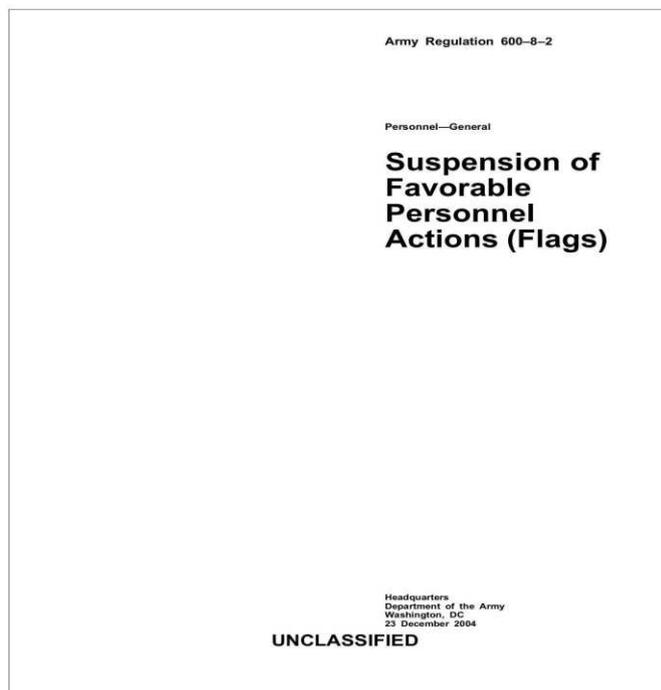
O manual de doutrina militar do Exército Brasileiro contém os seguintes elementos: capa, folha de rosto, a portaria que publica esse documento, uma página onde pode registrar as sugestões de mudanças dadas pelos leitores, uma folha de registro de modificações, um índice de assuntos e o texto propriamente dito. Os elementos contidos na capa e na folha de rosto são os mesmos: número do manual, órgão pertencente e a sua subordinação, título, edição e ano.

As imagens subsequentes mostram manuais de doutrina militar de forças armadas estrangeiras como forma de ilustrar semelhanças existentes, configurando que essa estrutura se caracteriza como particularidades deste tipo documental. Os manuais que foram escolhidos para esse panorama geral de sua estrutura foram: o manual militar norte-americano e o manual militar francês.

A escolha por esses dois outros manuais é devido a doutrina militar brasileira ter sido influenciada inicialmente pela doutrina militar francesa (até o fim da Segunda Guerra Mundial) e, posteriormente, pela doutrina militar norte-americana (que foi a partir de 1946).

A figura 7 representa a página de rosto de um manual militar norte-americano. Pode-se perceber certas similaridades em relação ao manual de doutrina militar brasileiro.

Figura 7 - Página de rosto do manual dos EUA



Fonte: Fliphtml5 [20--?]

Esse manual foi publicado pelo Quartel General do Departamento de Exército dos EUA. Neste documento podem ser identificados o seu tipo, uma numeração indicativa e a informação de que se trata de um manual desclassificado, parecendo ser bem genérico. O manual militar do Exército Norte-Americano contém os elementos: capa, sumário de mudanças, um resumo do que contém o manual escrito por um oficial general, sumário e o texto propriamente dito. A quantidade de elementos contidos na capa é inferior que no manual de doutrina militar brasileiro, são eles: número e tipo do manual, título, endereço de onde foi produzido o manual e a classificação (neste caso está não classificado).

O manual militar francês é apresentado na figura seguinte, possui os seguintes elementos: capa, folha de rosto, sumário, texto propriamente dito e anexos. Os elementos

contidos na capa são: órgão pertencente, título, data de aprovação, número e edição. Este documento foi publicado pela Divisão de emprego do Centro de Doutrina do Emprego das Forças do Ministério da Defesa Francesa.

Figura 8 - Página de rosto do manual militar da França



Fonte: Theatrum Belli (2005).

Como pode ser visualizado, os manuais possuem estruturas distintas porque os critérios para a elaboração desses tipos de documentos devem ser distintos, variando de país para país. Contudo, a pesquisa apresentada na seção 4 enfatiza somente a descrição e registro bibliográfico dos manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro e como eles estão registrados no catálogo da REDEBIE e na BDEx. As figuras acima são somente para ilustrar a estrutura e apresentação do manual de doutrina militar brasileiro e estrangeiro para demonstrar um panorama mundial.

Com isso, chega-se a quarta seção desta pesquisa onde será realizada uma análise dos manuais e seus elementos identificados. Através dessa análise é que se chegará aos elementos essenciais para a composição de um registro bibliográfico padronizado para esse tipo documental e no produto desta pesquisa (Apêndice).

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Ao finalizar a etapa de busca nas bases de dados, recuperação dos manuais (descritos anteriormente na seção 2), foi realizado download de todo o material encontrado. Os manuais recuperados na BDEX foram organizados numa pasta eletrônica e, assim, submetidos a análise preliminar e leitura técnica. A análise preliminar que consiste na primeira etapa a ser realizada para se catalogar um item, que envolve:

- a) verificar se a manifestação já existe na biblioteca e se trata de um segundo exemplar (ou item); b) se a expressão já existe na biblioteca e se trata de uma nova edição, uma nova manifestação ou mesmo nova obra, devido ao número significativo de modificações; c) se já existe registro bibliográfico pronto da manifestação, seja na própria biblioteca, seja em outros bancos de dados; d) se já existe registro bibliográfico pronto da expressão ou mesmo da obra (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 98).

Esta etapa se destina a catalogação propriamente dita, ou seja, a inserção de um documento no acervo. O que não seria o caso, pois não se trata de catalogar os manuais em um acervo, mas sim, identificar os elementos que o estruturam. Portanto, a primeira etapa realizada ao analisar os documentos foi a leitura técnica que de acordo com Mey e Silveira (2009):

A denominada *leitura técnica* consiste em analisar o recurso bibliográfico em processo de catalogação (isto é, que temos em mãos ou na tela do computador para ser catalogado) do ponto de vista do bibliotecário, visando levantar as informações necessárias à sua representação (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 99).

Conforme apresentado na seção 2, os manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro, que compõem os documentos analisados, foram recuperados na REDEBIE e na BDEX. O recorte temporal definido foi de 2000 a 2022. A análise e discussão foi estruturada em 3 partes, sendo a primeira parte destinada a estrutura documental, de acordo com o recorte supracitado, a segunda parte para o registro bibliográfico e a terceira para aspectos relacionados à busca e recuperação.

### 4.1 A ESTRUTURA DOS MANUAIS

A análise e leitura técnica contemplou o universo de 112 manuais encontrados na busca realizada na base de dados da BDEX. Nesta pesquisa, os elementos dos manuais que foram

analisados e avaliados foram: capa, folha de rosto, portaria, índice de assuntos, figuras e/ou ilustrações, anexos e referências.

Os elementos supracitados foram estudados e avaliados de acordo com o AACR2 e a ISBD 2021. Todos os arquivos foram abertos para a verificação e desse universo analisado: 13 (treze) manuais estavam incompletos (11,81%) e com isso, não puderam ser avaliados em sua totalidade. Dos demais encontrados, 3 (três) foram publicados sem a folha de rosto (2,72%), 7 (sete) manuais não possuíam ilustrações (6,36 %), 49 (quarenta e nove) manuais não possuíam anexos (44,54 %) e 55 (cinquenta e cinco) manuais não possuíam referências (50%). Segue o quadro demonstrativo dos elementos que esses manuais têm em comum:

Quadro 3 – Elementos dos manuais recuperados na BDEx

ELEMENTO	MANUAIS
Capa	100%
Folha de rosto	97,28%
Portaria	100%
Índice <sup>16</sup>	100%
Ilustrações	93,64%
Anexos	55,46%
Referências	50%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ao fazer a compilação dos dados do quadro com base na ISBD (2021), averiguou-se que os manuais possuem as fontes de informação conforme dito no documento em questão:

[...] **Para todos os outros recursos:** o próprio recurso, recipiente, documentação, outro material de acompanhamento.

**Capa:** a cobertura externa de um recurso, de qualquer material

**Título da capa:** o título impresso na capa (original) de um recurso

**Folha de rosto:** uma página normalmente no início de um recurso apresentando as informações mais completas sobre o recurso e o trabalho ou trabalhos nele contidos. Ele contém um título e, geralmente, embora não necessariamente, a informação completa do título, uma declaração de responsabilidade e a declaração total ou parcial da publicação, produção, distribuição, etc. (ver também colofão)

**Subtítulo da página de título:** uma página, parte de uma página ou outra parte componente de um recurso que inclui as informações normalmente encontradas em uma página de título e que, na ausência de uma página de título, é usada como fonte

<sup>16</sup> Neste tipo de documento, o índice tem a função de sumário, trazendo todos os assuntos que serão abordados no manual.

preferencial de informações (por exemplo, capa, legenda, cabeçalho, páginas editoriais, primeira página de música, colofão) (ver também colofão). [...] (ISBD, 2021, p. 47, tradução e grifo do autor)<sup>17</sup>.

Por isso, em relação a estrutura dos manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro, foi verificado que existem poucas distinções entre os manuais analisados, isso ocorre porque existe uma diretriz do Exército Brasileiro que regula como essas publicações devem ser produzidas e disseminadas. Essas distinções foram mencionadas no início desta seção. Além disso, deve-se pontuar que foram desconsiderados tabelas, quadros e imagens que não estão de acordo com a definição de figuras e ilustrações indicadas pelo AACR2 e pela ISBD.

Dentro desse universo dos 112 manuais, existem 2 (dois) manuais que não estão inseridos em nenhuma das categorias estudadas nas seções anteriores. São os seguintes: o manual de padronização das entradas para órgãos do Exército – entidade coletiva e o manual de prevenção e controle das infecções relacionadas a assistência à saúde.

O manual de padronização das entradas para órgãos do Exército – entidade coletiva foi elaborado pela comissão técnica de processamento da REDEBIE em 2012 com o intuito de ser um documento de consulta pelos bibliotecários do Exército a fim de apoiar o serviço de processamento técnico. O manual de prevenção e controle das infecções relacionadas a assistência à saúde foi elaborado pelo Hospital Central do Exército visando à atualização do conhecimento e ao aprimoramento contínuo dos seus profissionais de saúde (CARDOSO; COELHO JÚNIOR, 2018, p. 6).

Através da leitura técnica dos manuais de doutrina militar e com base na ISBD e no AACR2 com o intuito de verificar as fontes de informações prescritas, observou-se que a capa está presente em todos eles. De acordo com o AACR2 (2004), as fontes de informação prescritas para descrição são conforme o quadro abaixo:

---

<sup>17</sup> [...] For all other resources: The resource itself, container, documentation, other accompanying material.

Cover: the outer covering of a resource, of whatever material

Cover title: the title printed on the (original) front cover of a resource.

Title page: a page normally at the beginning of a resource presenting the fullest information about the resource and the work or works contained in it. It contains a title and, usually, although not necessarily, the fullest title information, a statement of responsibility and the whole or part of the publication, production, distribution, etc. statement. (see also colophon)

Title-page substitute: a page, portion of a page or other component part of a resource that includes the information usually found on a title page, and that, in the absence of a title page, is used as the preferred source of information (e.g. cover, caption, masthead, editorial pages, first page of music, colophon) (see also colophon). (ISBD, 2021)

Quadro 4 – As áreas de descrição e as fontes de informação prescritas

<b>ÁREA</b>	<b>FONTES DE INFORMAÇÃO</b>
Título e indicação da responsabilidade	Página de rosto
Edição	Página de rosto, outras preliminares e colofão
Publicação, distribuição etc.	Página de rosto, outras preliminares e colofão
Descrição Física	Toda a publicação
Série	Toda a publicação
Notas	Qualquer fonte
Número normalizado e modalidades de aquisição	Qualquer fonte

Fonte: Código de catalogação anglo-americano (2004).

Com isso, a capa pode ser considerada como a fonte de informação prescrita para a área 1 (indicação de título e responsabilidade) de descrição, caso não exista a folha de rosto no material. A ISBD (IFLA, 2021) traz a definição da capa que na sua tradução literal é a cobertura externa de um recurso, de qualquer material (tradução da autora). Ao trazer a definição para a Biblioteconomia, se pode dizer que a capa é o que vai cobrir os livros, folhetos ou outros tipos de documentos monográficos.

O segundo elemento a ser abordado é a folha de rosto. Conforme o AACR2 (2004), A folha de rosto é a principal fonte de informação para materiais monográficos impressos. Na ISBD (IFLA, 2021), a página de rosto é chamada de página de título. Na descrição bibliográfica, a ISBD (IFLA, 2021) explica que:

Para manuscritos: folha de rosto ou substituta da folha de rosto, nesta ordem de preferência: primeira página da música; palavras de abertura ou incipit; colofão, assinatura ou explícito; outras fontes no manuscrito (lombada, encadernação, capa, etc.). Se nenhum título puder ser transcrito do recurso, um título é elaborado a partir do conteúdo do manuscrito, do título de outra cópia, do título de uma edição impressa ou do título em fontes de referência, entre colchetes. Se a fonte do título não for a página de rosto, a fonte selecionada é indicada em nota.

Para todos os outros recursos: O próprio recurso, contêiner, documentação, outro material de acompanhamento (IFLA, 2021, p. 47, tradução da autora).<sup>18</sup>

<sup>18</sup> [...] For manuscripts: title page or title-page substitute, in this order of preference: first page of music; opening words or incipit; colophon, subscription or explicit; other sources on the manuscript (spine, binding, cover, etc.). If no title may be transcribed from the resource, a title is devised from the content of the manuscript, from the title of another copy, from the title of a printed edition, or from the title in reference sources, enclosed in square brackets. If the source of the title is not the title page, the source selected is given in a note. [...] (ISBD, 2021, p. 47)

Na análise dos manuais, apenas 3 (três) não contém a página de rosto, o que representa 2,67% da amostra, logo não é um dado tão impactante para este estudo.

O terceiro elemento a ser explicado é a portaria. A portaria é um documento que legitima a criação, o uso do manual e que acompanha a estrutura do documento, porém ele é publicado em outro documento padronizado do Exército denominado boletim. Este elemento poderá ser indicado na descrição bibliográfica na área de notas como nota do tipo ou nota de responsabilidade. Logo, no AACR2, considera-se como outras obras ou outras formas de expressão da mesma obra (regra 1.7A.4). Na ISBD (2021) diz que as notas sobre o formulário de conteúdo e a área do tipo de mídia podem ser fornecidas se forem consideradas importantes para os usuários do catálogo (tradução da autora) (área 7) e, com isso, se enquadra nas notas de título e indicação de responsabilidade e outras notas.

O quarto elemento de análise é o índice de assuntos. Neste tipo de material, assume o papel do sumário, mostrando todo conteúdo que o manual irá apresentar. No AACR2 (2004), não é mencionado sobre o sumário de um material monográfico, no entanto este elemento é uma fonte indicativa para analíticas do tipo *In* (regra 13.5A e 13.5B). E, na ISBD (2021), apenas é indicado que o resumo, esboço, índice ou índice de um recurso pode ser incluído como notas relativas ao conteúdo (área 7.7.1).

Conforme apresentado no AACR2 (2004), as figuras e as ilustrações são denominadas materiais ilustrativos, devendo desconsiderar as tabelas que contém apenas palavras ou números, páginas de rostos ilustradas e ilustrações de pouca importância. Na ISBD (2021) são apontadas duas definições de ilustrações que são as ilustrações e as ilustrações coloridas. As ilustrações são uma representação diagramática, pictórica ou outra representação gráfica que ocorre dentro de um recurso. As ilustrações coloridas são ilustrações contendo qualquer cor; preto, branco e tons de cinza não devem ser considerados cores. Com isso, registra-se que nem todos os manuais possuem ilustrações segundo a definição mostrada. Abaixo, segue um exemplo de figura e ilustração de acordo com as definições apontadas:

Figura 9 – Medidor do Índice WBGT



Fonte: Manual de Treinamento Físico Militar (2015).

Os anexos são materiais adicionais que acompanham o manual e estão localizados ao final do documento. O AACR2 (2004) não classifica e não traz uma definição para os anexos. Neste caso, é possível incluir a informação dos anexos na área de descrição das notas de conteúdo ou material suplementar (regra 2.7A). Na ISBD (2021) também não se identifica uma definição para os anexos. Assim, também é possível fazer a inclusão na área de notas, especificamente em outras notas (área 7.10).

As referências são as fontes consultadas e citadas para a elaboração desses documentos padronizados. No entanto, notou-se que é uma parte não reconhecida por aqueles que são responsáveis pela elaboração e revisão desses documentos, visto que muitos manuais não citam estas fontes. Tanto o AACR2 (2004) quanto a ISBD (2021) não trazem e nem classificam as referências, mas podem ser inseridas na nota “inclui bibliografia” ou nas notas de conteúdo.

Os resultados da base da REDEBIE não serão mostrados nesta seção porque não foi possível realizar uma leitura técnica nos manuais, visto que não existem os arquivos digitais dos manuais carregados nos seus registros bibliográficos.

Agora, partiremos para a análise dos registros bibliográficos dos manuais de doutrina militar brasileiros, que é o ponto focal da pesquisa, porque é através disso que chegaremos à elaboração de uma descrição bibliográfica padronizada para este objeto informacional.

## 4.2 OS REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS

Corroborando com tudo que foi apresentado nas seções anteriores, nesta fase foram analisados os registros bibliográficos que foram recuperados na REDEBIE. O primeiro ponto a ser destacado é a identificação dos elementos descritivos que compõem o registro manual. O segundo ponto é identificar qual o nível de catalogação utilizado. O terceiro ponto é verificar e identificar os pontos de acesso utilizados para a descrição. E, por último, realizar uma análise dos registros da Rede BIE identificando as diferenças entre o AACR2 e a RDA.

Antes de serem explorados os pontos focais desta seção é importante conceituar e diferenciar os catálogos da Rede BIE e da BDEx. A Rede BIE é um catálogo de acesso remoto (OPAC). Nele é utilizado o formato MARC e o software que estrutura os metadados deste catálogo é o Pergamum. A BDEx, como o próprio nome mostra, é uma biblioteca digital. E, de acordo com a Digital Library Federation (DLF) (1998) *apud* Tammaro e Salarelli (2008):

[...] Bibliotecas digitais são organizações que fornecem os recursos, inclusive o pessoal especializado, para selecionar, estruturar, oferecer acesso intelectual, interpretar, distribuir, preservar a integridade e garantir a permanência no tempo de coleções de obras digitais, de modo que estejam acessíveis, pronta e economicamente, para serem usadas por uma comunidade determinada ou por um conjunto de comunidades. [...] (DIGITAL LIBRARY FEDERATION (DLF) (1998) *apud* TAMMARO; SALARELLI (2008))<sup>19</sup>.

Com isso, o formato de metadados utilizados em bibliotecas digitais é o Dublin Core.

Partindo para os pontos importantes desta seção, a catalogação dos manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro foi realizada, inicialmente, na base de dados da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE). Estes registros estão no catálogo de acesso remoto (OPAC) dentro do Pergamum no formato de planilha e em formato MARC 21 (*Machine-Readable Cataloguing*). Após a criação da Biblioteca Digital do Exército (BDEx), os manuais passaram a ser inseridos lá e os registros encontram-se somente em formato de uma planilha simples, sem o formato MARC 21. As figuras a seguir mostram o que foi citado anteriormente:

---

<sup>19</sup> "Digital libraries are organizations that provide the resources, including the specialized staff, to select, structure, offer intellectual access to, interpret, distribute, preserve the integrity of, and ensure the persistence over time of collections of digital works so that they are readily and economically available for use by a defined community or set of communities." (<https://old.diglib.org/about/dldefinition.htm>)

Figura 10 - registro bibliográfico de manual em OPAC na BDEx

The screenshot displays the OPAC interface for the Biblioteca Digital do Exército. At the top, there is a navigation bar with links for 'Página inicial', 'Navegar', 'Ajuda', and 'Política'. A search bar is located on the right, and a user login option is visible. Below the navigation bar is a banner for the 'BIBLIOTECA Digital DO EXÉRCITO' featuring a logo and images of a hand holding a tablet, a smartphone, and people in military uniforms.

The main content area shows a bibliographic record with the following details:

- Use este identificador para citar ou linkar para este item:** <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/201>
- Autores:** Brasil. Exército. Comando de Operações Terrestres
- Título:** Operações Interagências
- Informação relacionada:** Portaria n. 181-COTER/C Ex. DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020 (APROVAÇÃO). Publicado no Boletim do Exército nº 53, de 31 de dezembro de 2020. Revoga o Manual de Campanha EB20-MC-10.201 Operações em Ambientes Interagências, 1ª Edição, 2013, aprovado pela Portaria Nº 002-EME, de 31 de janeiro de 2013.
- Documento Relacionado:** <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/74>
- Tipo:** Manual de Campanha
- Número Identificador:** EB70-MC-10.248
- Data do documento:** 2020
- Descrição:** Este manual de campanha (MC) tem por finalidade apresentar a doutrina básica das Operações Interagências e destina-se a orientar o preparo e emprego dos grandes comandos operativos (G Cmdo Cpi); grandes unidades (GU) e organizações militares (OM) de força terrestre (F Ter) no ambiente interagências, no que tange à cooperação e à coordenação com as agências governamentais (federais, estaduais e municipais); organizações intergovernamentais, não governamentais e do setor privado, no País e/ou no exterior.
- Palavras-chave:** Ambiente interagências
- Direitos autorais:** É permitida a reprodução do conteúdo da obra desde que seja, obrigatoriamente, citada a fonte. É proibida a reprodução para fins comerciais, bem como qualquer alteração no conteúdo da obra.
- Aparece nas coleções:** C Doad Ex: PUBLICAÇÕES PADRONIZADAS

On the right side, there is a 'Ferramentas do administrador' section with buttons for 'Editar', 'Exportar item', 'Exportar (migrar) item', and 'Exportar metadados'.

Below the record, there is a section for 'Arquivos associados a este item:' containing a table:

Arquivo	Descrição	Tamanho	Formato	
EB70-MC-10.248_-_Operações_InteragênciasPDF.pdf		2,45 MB	Adobe PDF	<a href="#">Visualizar/Abzir</a>

At the bottom of the record, there is a button 'Mostrar registro completo do item' and 'Visualizar estatísticas'. A footer note states: 'Os itens no repositório estão protegidos por copyright, com todos os direitos reservados, salvo quando é indicado o contrário.'

The footer of the page includes logos for 'Tema criado por', 'APOIO', 'TUBA', 'STM', 'EB2018', and 'Fale Conosco'.

Fonte: Biblioteca Digital do Exército (2018).

O *Online Public Access Catalogs* ou catálogos em linha de acesso público (OPAC) são um catálogo automatizado que pode ser consultado por qualquer pessoa (MEY; SILVEIRA, 2009). O OPAC deve funcionar como uma porta de entrada para uma variedade de fontes e destinos, independentemente de seu tipo ou localização. Portanto, ele deve apoiar uma função navegação, permitindo o acesso não apenas à informação sobre ou na biblioteca, mas também para outros catálogos de biblioteca, bancos de dados de informações, bancos de dados de artigos de periódicos, recursos eletrônicos etc. (IFLA, 2003, p. 9).

Figura 11 - Registro bibliográfico de manual em formato OPAC na Rede BIE

Fechar(X)

### Dados do acervo - Manual/Regulamento

Curtir 0    Tweetar

CATALOGAÇÃO PRE-MARC	
Número de Chamada	MAN C 11-2 B823 1995 BIBLIEX - Bib. Franklin Doria C 11-2 11-2 ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Autor Principal	Brasil Exército . Estado Maior .
Título Principal	Manual de campanha : comunicações na cavalaria
Publicação	Brasília : EGGCF, 1995.
Descrição Física	ca 60 p. : il. ; 23 cm
Assuntos	Manuais -- Exército Comunicações militares -- Manuais Cavalaria -- Manuais

**Veja também**

[Dados do acervo](#) | [Exemplares](#) | [Referência](#) | [Marc](#) | [Reserva](#)

Fonte: Rede BIE (2013).

A figura 11 trouxe um exemplo de uma catalogação no Sistema Pergamum no formato planilha, que é chamado de catalogação pré-marc, utilizando os campos de número de chamada, autor principal, título principal, publicação, descrição física e assuntos. A próxima figura (12) trará o mesmo registro, porém no formato MARC 21. Neste formato apresentado, há outros campos não mostrados no registro bibliográfico anterior, como: 040 que é o campo de fonte da catalogação; 082 que é o número da classificação decimal de Dewey; e os campos 903 e 910 que são campos de informação local.

Figura 12- Registro bibliográfico de manual em formato MARC 21

Field	Value
001	161349
003	BR-RJBIE
005	20200116100800.0
008	060715s1995 d fba ### #000  #por#d
040	\$a BR-RJBIE \$c BR-RJBIE
082	0 4 \$a 355.04 \$b 22
090	\$d MAN \$a C 11-2 \$b B823 \$c 1995 \$8 18 \$a C 11-2 \$b 11-2 \$8 3
110	2 \$a Brasil \$b Exército . \$b Estado Maior .
245	1 0 \$a Manual de campanha : \$b comunicações na cavalaria
260	\$a Brasília : \$b EGGCF, \$c 1995.
300	\$a ca 60 p. : \$b il. ; \$c 23 cm
650	0 4 \$a Manuais \$x Exército 0 4 \$a Comunicações militares \$x Manuais 0 4 \$a Cavalaria \$x Manuais
903	\$a Manual
910	\$a

Fonte: Rede BIE (2013).

O formato MARC 21 é um conjunto de códigos e designações de conteúdos definido para codificar registros que serão interpretados por máquina. Sua principal finalidade é possibilitar o intercâmbio de dados, ou seja, importar dados de diferentes instituições ou exportar dados de sua instituição para outros sistemas ou redes de bibliotecas através de programas de computador desenvolvidos especificamente para isto (PUC-Rio, 2008). Conforme Mey e Silveira (2009), o formato MARC 21 prevê os campos de controle local, no registro bibliográfico, ou um formato específico para o registro de coleções. Além disso, este formato substitui todos os catálogos externos e o catálogo oficial interno.

No registro da BDEX, os elementos de descrição verificados foram: autor, título, informação relacionada, documentos relacionados, tipo, número identificador, data, descrição, palavras-chave, direitos autorais, em qual coleção aparece e abaixo o arquivo digital para download. No registro da REDE BIE, destacam-se os seguintes elementos descritivos: número de chamada, autor, título, publicação, descrição física e assuntos. Também no registro da REDE BIE com os campos MARC tem-se: os campos líder, os campos já mencionados e os campos de equivalência e referência cruzada.

Outro detalhe importante a respeito das duas bases que deve ser destacado, é que na edição dos metadados do MARC no Pergamum, apenas um pequeno grupo é interoperável, por

isso o registro da BDEx é mais simples que um registro MARC. Logo, elas não são totalmente interoperáveis, isto é, não permite o intercâmbio de todos os dados, apenas dos que são compatíveis. Por isso, existe a dificuldade em reorganizar os acervos da ECEME existentes nas respectivas bases de dados.

Além da análise comparativa realizada entre o registro da BDEx que possui o formato de exibição do DSpace e o formato Dublin Core e da REDEBIE que possui tanto o formato de exibição OPAC quanto MARC 21, também é relevante analisar e registros de acordo com o AACR2 e a RDA. Ressalta-se que, embora a RDA tenha uma grande relação com o AACR2, ela difere dele por ser baseada numa estrutura teórica e ser construída para o ambiente digital, por isso constitui uma nova norma e não uma atualização do AACR2.

Essa nova norma se contextualiza com o ICP, o MARC 21 e, principalmente com as FRBR e FRAD. Ela não entra em conflito com o que já existia, pois tem o objetivo de aperfeiçoar e expandir convenções e normas anteriores. Com seu escopo ampliado, ela foi projetada para produzir dados que possam ser armazenados, pesquisados e recuperados em catálogos tradicionais.

Sobre a pesquisa realizada na base de dados da REDEBIE, é importante e relevante destacar aspectos referente a pesquisa em si e a recuperação dos registros bibliográficos:

- o percentual analisado foi de 5% a 10% da quantidade de registros totais recuperados;
- foi verificado que mesmo mudando os termos de busca, o resultado apresentou registros já recuperados;
- foi recuperado um registro que possui o arquivo digital do manual, porém o link para abertura do manual não funciona;
- apesar de ter sido escolhido um recorte temporal do ano 2000 a 2022, evidenciou-se que só foram recuperados registros bibliográficos de manuais do ano 2000 a 2011, sendo que nos 2005 e 2007 não apresentaram registros e do 2012 até 2022 não há nenhum registro bibliográfico de manual de doutrina militar;
- Baseando-se no AACR2, os manuais podem ser analisados de acordo com a regras para livros, pois não tem nenhum outro capítulo que se adeque melhor;

- outro fator importante é que em nenhum dos registros analisados foi encontrada a informação sobre a portaria. Esta informação deveria estar registrada no campo das notas (5XX).

Depois desses destaques relacionados a pesquisa em si, pretende-se fazer a explanação sobre os registros recuperados.

No total foram recuperados 2.428 registros bibliográficos na base de dados da REDEBIE. A análise se baseou em cerca de 5% a 10% desse total que corresponde a 149 registros. Dentro do escopo dos 149 registros, a análise total correspondeu a 60 registros que é 40,26% da quantidade total. Isso se deu porque muitos registros estavam repetidos e duplicados. Abaixo, segue o quadro que ilustra como foi feita a análise:

Quadro 5 – Dados dos registros bibliográficos da REDEBIE analisados

<b>Áreas</b>	<b>Manuais</b>	<b>Observações</b>
Área 0 - tipo de material	100%	Em 7 registros, o documento recebeu a designação de material como livro, correspondendo a 11,66% do total.
Área 1- título e indicação de responsabilidade	100%	
Área 2- edição, rascunho, versão etc. área	66,6%	
Área 3 - área específica do material ou tipo de recurso	0%	
Área 4 - publicação, produção, distribuição etc., área.	95%	
Área 5 - área de descrição do material	55%	
Área 6 - área de recursos monográficos de série e múltiplas partes	43,3%	
Área 7 - Notas	16,6%	
Área 8 - identificador de recursos e termos de área de disponibilidade	0%	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Além do estudo realizado com base nas áreas da ISBD e no AACR2, devem ser ressaltados outros pontos:

- Os registros, em sua grande maioria, possuem duplicatas, ou seja, o manual foi catalogado mais de uma vez, não sendo aproveitado o registro já existente;
- Também se notou que alguns manuais foram classificados como livros, no momento de colocar a designação do tipo de material, conforme expresso no quadro;
- Foi verificado que, embora os autores dos manuais sejam entidades (órgãos do Exército), alguns registros fizeram uso do campo autor de pessoal (100);
- Foi identificado na catalogação MARC de todos os registros a utilização do campo 440 para série, porém esse campo é obsoleto tendo sido substituído pelo campo 490;
- Foi observado também na catalogação MARC que alguns registros fizeram uso do campo 697 para registrar os assuntos dos manuais;

Outro ponto importante a ser destacado é que de acordo com o AACR2, os registros encontrados seguem os detalhamentos do primeiro nível de descrição que é:

[...] Título principal/primeira indicação de responsabilidade, se diferir do cabeçalho da entrada principal em forma ou número, ou se não houver cabeçalho de entrada principal. – Indicação de Edição. – Detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação). – Primeiro editor etc., data de publicação etc. – Extensão do item. – Nota (s). – Número normalizado [...] (AACR2, 2004, p. 5)

Portanto, acredita-se que não existe um nível alto de especificidade e exaustividade na descrição.

Fazendo uma relação entre as regras trazidas pelo AACR2 e as regras do novo código, o RDA, observa-se que as diretrizes sobre transcrição básica são as diretrizes que mais podem se enquadrar no nível 1 de descrição, visto que os registros analisados estão descritos nesse nível conforme dito anteriormente. Essas diretrizes podem ser aplicadas ao transcrever descrições não estruturadas de elementos de manifestação e elementos de outras entidades RDA onde a opção de usar diretrizes de transcrição é especificada (RDA TOOLKIT, 2022).

Nesse sentido, seguem as orientações para a aplicação dessas regras:

- Preserve a capitalização, pontuação, numerais, abreviaturas e sinais diacríticos conforme aparecem na manifestação;

- Omitir símbolos ou outras imagens destinadas a serem interpretadas como texto que não estejam disponíveis no conjunto de caracteres utilizado pelo agente que cria a transcrição;
- Transcreva os componentes de uma declaração de manifestação na ordem em que aparecem na manifestação;
- Opção -> use “\” para delimitar os componentes separados de uma instrução;
- Opção -> use qualquer dispositivo de pontuação apropriado para delimitar os componentes separados de uma declaração;
- Opção -> use a marca de omissão “...” para indicar a omissão de texto no início e no final de uma declaração;
- Use a marca de omissão “...” para indicar a omissão de texto em uma declaração;
- Reduza o “espaço em branco”, incluindo vários espaços, nova linha, recuo, tabulações e alinhamentos de blocos, etc., em um único espaço.
- Não duplicar marcas contíguas de omissão;
- Delimitadores contíguos reduplicados; e
- Não duplicar sequências em uma declaração de manifestação (RDA TOOLKIT, 2022).

Por fim, esta seção se encerra com a análise dos pontos de acesso desses registros. O quadro abaixo ilustra o escopo da análise:

Quadro 6 – Análise dos pontos de acesso dos registros de manuais da REDEBIE

<b>Pontos de acesso</b>	<b>Manuais</b>
Autor – pessoal	3,33%
Autor - entidade	80%
Assuntos	95%

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Segundo Mey e Silveira (2009), o ponto de acesso é um nome, termo, título ou expressão, pelo qual o usuário pode procurar e encontrar, ou acessar, a representação

bibliográfica de um recurso, ou o próprio recurso de acesso remoto. Os pontos de acesso reúnem os recursos por uma dada característica de semelhança.

Conforme abordado na seção 3.2, na última atualização das ICP, foi apresentado sobre os pontos de acesso. O documento enfatiza sobre os pontos de acessos controlados, não controlado e os autorizados. Sendo assim, as ICP dizem que:

[...] Como pontos de acesso de dados bibliográficos se deve incluir os pontos de acesso autorizados para as obras e expressões (controlados) existentes no recurso, o título da manifestação (geralmente sem controle) e os pontos de acesso autorizados para os criadores das obras [...] (IFLA, 2016, p. 8).

Ainda de acordo com Mey e Silveira (2009), os pontos de acesso de assuntos não tratados no AACR2 e nem na maioria das obras de catalogação. Contudo, é importante ressaltar que os pontos de acessos de assunto possibilitam a automação, pois permitem uma ampliação e aperfeiçoamento desses pontos de acesso que antes existia dificuldades trazidas pelos catálogos manuais (MEY; SILVEIRA, p. 160).

De acordo com Ribeiro (2018), o novo código de catalogação, a RDA, prescreve diretrizes sobre a construção de pontos acessos autorizados, pontos de acesso variantes representando obras, expressões, pessoas, famílias e entidades coletivas. Provê instruções sobre uso de pontos de acesso autorizados para registro dos seguintes tipos de relações:

- Relação primária entre uma manifestação e uma obra ou expressão incorporada na manifestação;
- Relações entre recurso e pessoas, famílias e entidades coletivas associadas com esse recurso;
- Relações entre obras, expressões, manifestações e itens;
- Relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas (RIBEIRO, 2018, p. 43).

Ainda prevê regras sobre o uso de títulos (título principal, título paralelo, título variante etc) e descarta o uso de outros elementos de informação para elaboração dos pontos de acesso (RIBEIRO, 2018, p. 43).

A fim de que a análise dos pontos de acesso se torne consistente, o que pode ser feito para verificar sobre a padronização é a consulta no catálogo geral<sup>20</sup> e de autoridades<sup>21</sup> da rede

<sup>20</sup> <https://pergamum.pucpr.br/rede/consulta/geral>

<sup>21</sup> <https://pergamum.pucpr.br/rede/consulta/autoridades>

Pergamum e consulta ao manual de entradas de autoridades do Exército<sup>22</sup>, que é um documento que foi elaborado pela Comissão Técnica de Processamento Técnico da REDEBIE.

Após a discussão e análise de tudo que foi recuperado das bases de dados bibliográficas do Exército, na próxima seção trataremos considerações sobre o processo de busca e recuperação de informações com o intuito de fechar todo o bloco de análises desta pesquisa.

### 4.3 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A BUSCA E RECUPERAÇÃO

Nas seções anteriores foram discutidas a estrutura física dos manuais e os registros encontrados nas bases de dados. Esta seção traz uma discussão sobre os hiatos causados pelas bases de dados, pela forma como o processo de representação descritiva é feito e que acabam por não ajudar a realizar uma pesquisa com efetividade. Embora não estivesse prevista esta subseção inicialmente, considerou-se relevante pois a pesquisa é realizada por bibliotecária, no Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, no curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia.

Ao longo da pesquisa, pode-se perceber distinções na catalogação dos manuais de doutrina militar na Rede BIE e na BDEx. Isso se dá pelo fato de que as bases de dados utilizadas para a realização da descrição bibliográfica possuem interfaces, customizações diferentes e com metadados diferentes, ou seja, trata-se de um catálogo de acesso remoto (OPAC) e de uma biblioteca digital<sup>23</sup>.

Adotado pelo Exército desde 2007, o Sistema Pergamum é uma base de dados totalmente estruturada e customizada pela PUC-PR, como mencionado no início deste trabalho, tanto que é um serviço pago, logo cada biblioteca tem a base de dados de maneira que atenda ao seu espaço e serviços ofertados<sup>24</sup>.

A representação descritiva feita no Sistema Pergamum é baseada nas regras estabelecidas pelo AACR2 e utiliza o formato MARC 21, de forma que continue garantindo a interoperabilidade e permitindo a realização de catalogação cooperativa quando uma nova

---

<sup>22</sup> <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/797/1/Manual%20de%20autoridades%20do%20exercito.pdf>

<sup>23</sup> [...] um ambiente que reúne coleções, serviços e pessoas para apoiar todo ciclo vital de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informação e conhecimento. [...] (WORKSHOP ON DISTRIBUTED KNOWLEDGE WORK ENVIRONMENTS (1997) *apud* TAMMARO; SALARELLI (2008));

<sup>24</sup> [https://pergamum.pucpr.br/rede\\_pergamum](https://pergamum.pucpr.br/rede_pergamum).

publicação chega ao acervo. No entanto, com a migração do antigo Sistema Pergamum Desktop para o Pergamum Web, muitos registros foram perdidos, causando retrabalho para as bibliotecas<sup>25</sup>.

Além disso, de acordo com a pesquisa e recuperação realizados, pode-se perceber que existem registros bibliográficos repetidos na base de dados do Pergamum. Isso pode acontecer se os bibliotecários não realizarem uma rotina de catalogação que consiste em verificar se a publicação que irá ser catalogada já se encontra registrada em alguma biblioteca da REDEBIE. Essa verificação é de suma importância para que não haja registros repetidos e duplicados na base.

Sobre a BDEx, sabe-se que foi adotada pelo Exército em 2018 e sua estrutura é desenvolvida através do programa gratuito DSpace, que apesar de ser gratuito também pode ser customizado de acordo com a necessidade da instituição.

Inicialmente, ela foi criada para atender ao Centro de Doutrina do Exército (C Dout Ex) com o propósito de servir de repositório para toda produção doutrinária da força, porém ela acabou ganhando uma visibilidade muito grande e isso fez com que a biblioteca digital mudasse de subordinação, saindo do C Dout Ex e migrando para o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX). Com essa mudança de subordinação e, conseqüentemente de gestão, a BDEx passou a atender ao Exército Brasileiro como um todo, sendo possível disponibilizar documentos de diversos tipos e de todas as organizações militares.

A biblioteca digital, que já não tinha uma customização tão efetiva, começou a ser alimentada com muitos tipos de materiais, assuntos etc., e isso acabou por interferir o seu uso tanto para fins de pesquisa quanto para a realização do trabalho em si. Os bibliotecários e usuários da BDEx relataram ter dificuldade de pesquisar e encontrar o que precisam na base. Esse problema pode ter sido originado na hora da inserção dos materiais na base, com uma representação descritiva ineficaz e insuficiente para uma boa recuperação de informações.

Ao fazer a inclusão de um documento na BDEx, constata-se que a representação descritiva é feita através do preenchimento de uma planilha customizada com dados no formato Dublin Core, e que os campos existentes são os campos que este formato prevê. Todavia, além da rotina de catalogação já mencionada anteriormente provavelmente não ser feita, também não

---

<sup>25</sup> Esse assunto era constantemente abordado nas reuniões da Comissão Técnica de Processamento Técnico da REDEBIE, da qual fiz parte no período de 2014 a 2017.

há um controle dos pontos de acesso, visto que também não é realizada a pesquisa de assuntos e autoridades já existentes na base e, assim, fazendo com que haja repetições e duplicações desses pontos de acesso.

Outro fator a ser destacado é que o sistema Pergamum foi desenvolvido de forma que atendesse todos os processos de uma unidade de informação contendo desde o módulo de catalogação assim como os módulos de circulação, usuários, relatórios, aquisição e parâmetros. Contudo, o módulo catalogação só pode ser operado pelo profissional bibliotecário, visto que somente este profissional é quem possui os conhecimentos técnicos sobre o processo de representação descritiva. Por outro lado, as bibliotecas da Rede acabam por ser mais autônomas de forma que os registros são feitos, colocados e retirados da base de dados pelo bibliotecário responsável.

Em compensação, na BDEx, o processo já é diferenciado. Por ser uma biblioteca digital, que possui regras de preenchimento mais flexíveis que a base de dados do Pergamum, o processo de representação descritiva pode tornar-se mais simples, uma vez que a planilha de catalogação foi elaborada com os campos básicos para evitar complexidade na realização da descrição. Essa política de trabalho é facilitadora no aspecto da alimentação da base de dados, porém dificultadora no quesito da disponibilidade imediata, uma vez que o registro bibliográfico pronto ainda tem que passar pela avaliação da comissão técnica de processamento técnico da REDEBIE, o que pode ser demorado e o material não estar disponível em tempo quando for realizada uma pesquisa.

Ademais, não se pode esquecer de enfatizar a importância da atuação do bibliotecário não somente nas suas atribuições, mas também como usuário. Isso se faz necessário por ser uma oportunidade que o profissional tem de olhar o sistema com o olhar de usuário. Esse olhar irá ajudar na identificação de problemas e inconsistências no sistema e, a partir desse diagnóstico, o profissional bibliotecário será capaz de tomar decisões que englobe a melhoria do sistema ou, dependendo do que for apurado, a possível troca para um sistema que se adeque a realidade da unidade de informação.

## 5 PRODUTO DA PESQUISA

O produto gerado nesta pesquisa é um **guia** destinado à organização de acervos de manuais militares físicos ou digitais baseadas em instrumentos internacionais aceitos para a representação descritiva e, portanto, de fácil assimilação para a comunidade bibliotecária pertencente ao meio militar. Embora sejam instrumentos usuais, eles se destinam a diferentes tipos documentais, o que pode causar dubiedade e incertezas em relação ao seu uso, portanto o guia busca auxiliar as atividades de profissional, estando em consonância com a proposta do Mestrado Profissional em Biblioteconomia, que

[...] surge da percepção de uma lacuna em estudos aprofundados no campo da Biblioteconomia de forma a possibilitar que esses profissionais investiguem problemas oriundos do cotidiano do fazer biblioteconômico em diversas bibliotecas, centros e unidades de informação, considerando as questões teóricas, técnicas, metodológicas e práticas específicas do campo da Biblioteconomia (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, [2011], *online*).

A escolha pelo guia se deu através da consulta aos documentos elaborados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que tem o objetivo de aprimorar o processo e os instrumentos relacionados a avaliação da pós-graduação (CAPES, 2019).

Ao analisar devidamente o documento acima citado, observou-se que o resultado desta pesquisa poderia se enquadrar também na categoria de manuais/protocolos, porém de acordo com o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre as produções técnicas, a categoria manuais/protocolos engloba o conjunto das informações, decisões, normas e regras que se aplica a determinada atividade, que encerra os conhecimentos básicos de uma ciência, uma técnica, um ofício, ou procedimento, não se enquadrando na perspectiva pensada para o produto da pesquisa (CAPES, 2019).

A intenção da pesquisa é, além do estudo do tipo documental manual de doutrina militar, apresentar como resultado um conjunto de diretrizes e elementos essenciais que ajudem os profissionais da informação tanto do meio militar como mencionado, quanto de outras instituições a realizar a representação descritiva desses materiais. Por isso, foi decidido que este produto está mais bem enquadrado na categoria de material didático, por se tratar de produto de apoio/suporte com fins didáticos na mediação de processos de ensino e aprendizagem em diferentes contextos educacionais (CAPES, 2019).

Dentro desta categoria, podem ser produzidos diversos tipos de materiais didáticos e optou-se pelo **guia**, porque também há a intenção aplicar os resultados obtidos nesta pesquisa na instituição que serviu de base para a elaboração do projeto que é o Exército Brasileiro, oferecendo o guia a Comissão Técnica de Processamento Técnico da REDEBIE.

Como o guia é uma fonte de informação que tem por objetivo auxiliar na busca por outras fontes de informações, considerou-se que a escolha pela elaboração de um guia estaria mais adequada.

Segundo Houaiss e Villar (2009, p. 1000), o guia é uma publicação contendo instruções, ensinamentos, conselhos de diversas naturezas; manual. Eles também indicam como manual, publicação para uso turístico; roteiro (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1000). Sendo assim, o guia produzido a partir desta pesquisa será estruturada com seis seções.

A primeira seção será uma apresentação do guia.

A segunda seção será uma breve explanação das características dos manuais de doutrina militar.

A terceira seção será uma breve explanação dos instrumentos de representação descritiva utilizados para a confecção do guia. É através desses instrumentos que as diretrizes deste guia serão baseadas.

A quarta seção será sobre a descrição propriamente dita, ou seja, serão mostrados e exemplificados a descrição dos manuais de doutrina militar.

A quinta serão apresentadas considerações finais a respeito do processo de descrição bibliográfica.

E a sexta e última seção serão colocadas as referências que foram pautadas todas as explicações apresentadas no referido guia.

O guia está no Apêndice A, ao final desta pesquisa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação descritiva é um processo de grande importância não só para organização e representação da informação e do conhecimento nas bibliotecas e demais unidades de informação como também para auxiliar a pesquisa e busca pela informação desejada. Ela precisa estar padronizada com os elementos essenciais e adicionais para que o sistema de recuperação da informação alcance a efetividade esperada.

Os manuais de doutrina militar são documentos importantes para a força terrestre, porque além de formalizar a doutrina militar, tem a intenção de explicar e mostrar a transformação e evolução da força terrestre ao longo das épocas, além de influenciar as decisões que a força possa vir a ter em relação ao emprego e ao preparo dos seus equipamentos e contingentes. Por esse motivo, o conhecimento contido nesta publicação é considerado precioso e, com isso, destaca-se a importância da organização e representação desse conhecimento.

Nesta pesquisa percebeu-se que o manual de doutrina é um documento que possui especificidades e particularidades distintas da estrutura de um livro, pois ele baseia-se nas normativas regidas pelas forças armadas, sendo que para o desenvolvimento do trabalho foram escolhidos os manuais de doutrina do Exército Brasileiro. Desta forma, foi necessário aprofundar os estudos sobre sua origem e constituição para que fosse possível identificar os elementos particulares e depois definir os elementos essenciais para a construção de uma representação descritiva padronizada para esse documento.

Outra questão que é importante ressaltar é que a representação descritiva pode apresentar complexidades em qualquer tipo de unidade de informação e, por isso, a motivação para esta pesquisa não foi somente o estudo sobre a Representação Descritiva, mas sim como esse processo é trabalhado pelas bibliotecas do Exército. Isso pode ser visto na seção dedicado as análises e discussões em que foram analisados todos os registros encontrados nas bases de dados estudadas ao longo da pesquisa.

Com o intuito de adequar o tema da pesquisa a proposta do Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, procurei destacar na minha atuação como bibliotecária de uma biblioteca militar o que eu mais senti dificuldade em trabalhar. Desse modo, surgiu a questão de pesquisa, do porquê os manuais de doutrina militar são documentos com elementos próprios e não bastava

somente ter o conhecimento das ferramentas a serem utilizadas na representação descritiva, também era necessário estudar o documento e entender suas características.

A partir disso, após a definição do campo empírico a ser trabalhado, foram mencionados os procedimentos metodológicos que tiveram por base a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica e a pesquisa nas bases de dados da REDEBIE e BDEx para a coleta dos registros bibliográficos.

Na pesquisa bibliográfica voltada para a fundamentação teórica, foram evidenciados os diversos conceitos que um documento pode ter, sob a perspectiva de autores consagrados na área de Biblioteconomia e Documentação. Foram apresentados os primórdios dos manuais de doutrina militar e, apenas para ilustrar, breves considerações sobre os demais documentos padronizados criados pelo Exército Brasileiro. Ilustrações foram colocadas ao longo do trabalho para exemplificar os manuais de doutrina militar, seus elementos e diferenças entre os manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro, do Exército dos EUA e do Exército Francês. Também foi abordado sobre a organização e representação da informação e do conhecimento, especificamente sobre a Representação Descritiva, discutindo esse processo sob uma perspectiva temporal, apontando todos os acontecimentos mais relevantes para a evolução e desenvolvimento desse processo.

Na coleta de dados, foi realizada a leitura técnica dos manuais de doutrina militar em formato eletrônico catalogados na BDEx e elencado os elementos em comum a eles. Além disso, o método de busca foi diversificado, sendo utilizado o termo manual e suas possíveis variações. Também foram considerados os registros bibliográficos pesquisados na base de dados da REDEBIE, porém nestes registros não foram encontrados os arquivos em formato digital, sendo possível somente a análise do registro em si baseando-se nas normas de catalogação vigentes que são o AACR2 e a RDA.

O mestrado profissional estabelece que o aluno desenvolva um produto como forma de resultado da pesquisa. Desse modo, depois de realizados estudos e análises do campo empírico definido, como resultado foi elaborado um guia de orientação para a representação descritiva dos manuais de doutrina militar. O guia trouxe os elementos essenciais definidos para a descrição e as regras a serem utilizadas baseadas nos instrumentos de representação descritiva.

Por fim, meu interesse por conhecer mais sobre a catalogação, em especial a Representação Descritiva fez com que esta pesquisa trouxesse contribuições e procurou

fortalecer os estudos sobre a área no Brasil. As reflexões trazidas pela teoria estudada auxiliaram na busca por esse conhecimento, visando oferecer melhorias para o catálogo online, para a biblioteca digital e, principalmente para que a busca por informação se torne eficiente e eficaz.

Ressalta-se que a continuidade deste estudo pode se dar através da análise da padronização dos documentos baseados nas normas vigentes no país segundo a ABNT, visto que ao realizar a análise documentária e leitura técnica dos manuais de doutrina militar em formato digital, verificou-se que na maioria dos documentos não tinha as referências bibliográficas que foram consultadas e usadas para a elaboração do conteúdo dos manuais.

Ademais, esse estudo não finaliza com este trabalho, ele foi somente o pontapé inicial para trazer reflexões e apontamentos necessários da importância de estudar, analisar e conhecer o material que se pretende incluir em um acervo de biblioteca e demais unidades de informação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Milene Rosa de. **Padrão de Descrição de Informação: avaliação da capacidade representacional de bens materiais.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2014.

BARROS, Maria Cecília Jardim. **Contribuição para representação de acervo de figurino: uma proposta para o Setor de Artes Cênicas do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos.** 2. Ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BRAGA, G. da R. **Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação.** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Aeronáutica. Estado-Maior. **Doutrina básica da Força Aérea Brasileira.** Brasília, DF: FAB, 2020. v. 1. 47 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 22 ago 2022.

BRASIL. Exército. Portaria nº 477, de 27 de março de 2018. [Aprova a Diretriz para a implementação e o funcionamento da Biblioteca Digital do Exército (BDEx) e dá outras providências.] **Boletim do Exército**, Brasília, n. 15, 13 de abril de 2018. Disponível em: Diretriz BDEx - Port n. 477 de 27MAR18.pdf (eb.mil.br). Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. Exército. Portaria nº 1.550, de 08 de novembro de 2017. [Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG01.005), 5. Ed., 2017, e dá outras providências]. **Separata ao Boletim do Exército**, Brasília, n. 46, de 17 de novembro de 2017. Disponível em: [https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1024/1/sepbe46-17\\_port-1.550-cmt%20ex.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1024/1/sepbe46-17_port-1.550-cmt%20ex.pdf). Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. Exército. **Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101 - O EXÉRCITO BRASILEIRO.** Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Instruções Gerais para as publicações padronizadas do Exército EB10-IG-01.002.** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2011. 64 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. **Glossário das Formas Armadas**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015. 294 p.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2016. 118 p.

BUSH, V. As we may think. Tradução: Fabio Mascarenhas e Silva. **Atlantic Monthly**, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5133811/mod\\_resource/content/1/BUSH\\_as%20we%20may%20think%20traduzido.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5133811/mod_resource/content/1/BUSH_as%20we%20may%20think%20traduzido.pdf) . Acesso em: 05 abr. 22.

CAFÉ, Lígia. BRASCHER, Marisa. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/809/17.pdf?sequence=1> . Acesso em: 23 mar. 22.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. Ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

CARDOSO, Roberto Braz da Silva. COELHO JUNIOR, Waldimir de Medeiros (org). **Manual de prevenção e controle das infecções relacionadas à assistência à saúde – Hospital Central do Exército**. Rio de Janeiro: Hospital Central do Exército, 2018.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. Ed. ver. 2002. Tradução: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial, 2004. 722 p.

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES (Brasil). Centro de Doutrina do Exército. **Histórico do C Dout Ex**. Disponível em: <http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/historico>> Acesso em: 12 set. 21.

CRUZ, Carlos Henrique de Brito. IDEIAS FUNDADORAS Apresentação "Ciência: a Fronteira sem Fim", uma apresentação. **Rev. Bras. Inov.**, Campinas (SP), v. 13, n. 2, p. 241-280, julho/dezembro 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/43259378/IDEIAS\\_FUNDADORAS\\_Apresenta%C3%A7%C3%A3o\\_Ci%C3%Aancia\\_a\\_Fronteira\\_sem\\_Fim\\_uma\\_apresenta%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/43259378/IDEIAS_FUNDADORAS_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_a_Fronteira_sem_Fim_uma_apresenta%C3%A7%C3%A3o) Acesso em: 29 abr. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da. CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

DODEBEI, Vera. O sentido e o significado do documento para a memória digital. In: FREITAS, Lídia Silva de. MARCONDES, Carlos Henrique. RODRIGUES, Ana Célia

(orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso.** Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010. v. 1. p. 81-96.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (Brasil). **ECEME - a escola do método: um século pensando o Exército.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (Brasil). **Plano de Gestão da ECEME 2016-2020.** Rio de Janeiro: ECEME, 2016.

FLORO, Rodrigo. **Representação descritiva de peças teatrais: uma proposta de guia.** 2018. 55 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FUSCO, Elvis. **A aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais.** São Paulo: Cultura acadêmica, 2011.

HISTÓRIA do Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984. 327 p.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro Sales de. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HÜBNER, Marcos Leandro Freitas. **O ensino da catalogação no Brasil: contexto histórico e desafios contemporâneos.** 2021. 347 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

IFLA. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC).** Haia, CH: IFLA, 2016. Disponível em: [https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/icp/icp\\_2016-pt.pdf](https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf). Acesso em: 29 abr. 2022.

IFLA. **Guidelines for Online Public Access Catalogue (OPAC) displays.** Haia, CH: IFLA, 2003. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s13/guide/opacguide03.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

IFLA. **International Standard Bibliographic Description – ISBD.** Netherlands: IFLA, 2021. Disponível em: [https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1939/1/ISBD\\_Update%202021%20to%20Consolidated%20ed%202011.pdf](https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1939/1/ISBD_Update%202021%20to%20Consolidated%20ed%202011.pdf). Acesso em: 29 abr. 2022.

JACKSON, Aaron P. **The Roots of Military Doctrine: Change and Continuity in Understanding the Practice of Warfare.** Fort Leavenworth, Kansas: US Army Combined Arms Center, 2013.

MACHADO, Raildo de Sousa. ZAFALON, Zaira Regina. **Catalogação: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM.** João Pessoa, PB: Editora UFPB, 2020. 131 p.

MANUAIS administrativos. Disponível em:

[http://www.institutosiegen.com.br/documentos/manuais\\_administrativos.pdf](http://www.institutosiegen.com.br/documentos/manuais_administrativos.pdf) Acesso em: 09 set 20.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Cicero. ODA, Érico. **Organização, sistemas e métodos**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012. Disponível em:

[file:///C:/Users/anapa/Desktop/Mestrado%20Unirio/Pesquisa/ORGANIZACAO\\_SISTEMAS\\_E\\_METODOS.pdf](file:///C:/Users/anapa/Desktop/Mestrado%20Unirio/Pesquisa/ORGANIZACAO_SISTEMAS_E_METODOS.pdf) Acesso em: 23 maio 2021.

MEY, Eliane Serrão. SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011. Disponível em:

<https://archive.org/details/introducaoardaum0000oliv/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 19 set. 2022.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Os registros de informação dos sistemas documentários**: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP), São Paulo.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G. de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje.

**DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2010.

Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/12626>. Acesso em: 16 ago 2022.

OTLET, Paul. O livro e o documento. *In*: OTLET, Paul. **Tratado de Documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2018.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **Modernização e reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)**. 2018. 305 f. Tese (Doutorado em História Comparada) –

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEÑA, Catalina Naumis. Registro bibliográfico y referencia bibliográfica:

una revisión conceptual. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín (Colombia) v. 31, n. 1, enero-junio de 2008.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-Rio). **MARC 21**: Formato Bibliográfico. Disponível em: <https://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/index.html> . Acesso em: 28 mar 22.

RÈGLEMENT intérieur. [s.l : s.n, s.d]. Disponível em: <https://www.ecole-air espace.fr/lecole/organisation/reglement-interieur> Acesso em: 28 mar. 22.

RIBEIRO, Antônia Motta de Castro Memória. **RDA, Recurso descrição e acesso versus AACR2, código de catalogação anglo-americano, segunda edição**: um estudo comparativo. Brasília: Editora Três em Um EIRELI ME, 2018. 383 p.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. A representação da informação em Arquivos: viabilidade de uso dos padrões utilizados na Biblioteconomia. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 57-66, jan/dez 2007.

SILVEIRA, Naira Christofolletti. Um diálogo sobre instrumentos de representação descritiva. In: EnReDo – Encontro de Representação Documental, I, 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2017. Disponível em: <http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/enredo/enredo/paper/viewFile/108/97> Acesso em 04 abr. 22.

SMIT, Johanna. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 marias. **R. bras. Bibliotecon. e Doc.**, São Paulo, v. 26, n. 1 / 2, p. 81-85, jan./jun. 1993. Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2011/09/3-marias.pdf>. Acesso em: 13 out. 22.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. SENNA, Dandara. Representação descritiva em acervos de vestuário: a coleção Zuzu Angel. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 35, n. 2, p. 93-107, jul./dez. 2021. ISSN 2236-7594. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v35i2.12640>.

RDA Toolkit. **Orientation - Guidelines on basic transcription**. [S.l: s.n], 2022. ISSN 2167-3241. Disponível em: [https://access.rdatoolkit.org/Guidance/Index?externalId=en-US\\_ala-fd2213e6-ae72-3e6f-8f0a-be3fc0e8d728](https://access.rdatoolkit.org/Guidance/Index?externalId=en-US_ala-fd2213e6-ae72-3e6f-8f0a-be3fc0e8d728). Acesso em: 14 nov. 2022.

REPUBLIQUE FRANÇAISE. Armée de Terre. Centre de Doctrine d’emploi des forces. Division Emploi-Organisation. **Manuel d’emploi des forces terrestres en zone urbaine - TTA 980**. Republique Française : Division Emploi-Organisation, 2005. Disponível em: <https://www.theatrum-belli.com/wp-content/uploads/2017/12/MANUELZUBTTA980.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

TAMMARO, Anna Maria. SALARELLI, Alberto. **A biblioteca digital**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Bem-vindo ao PPGB-UNIRIO**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgb> Acesso em: 16 ago 2022.

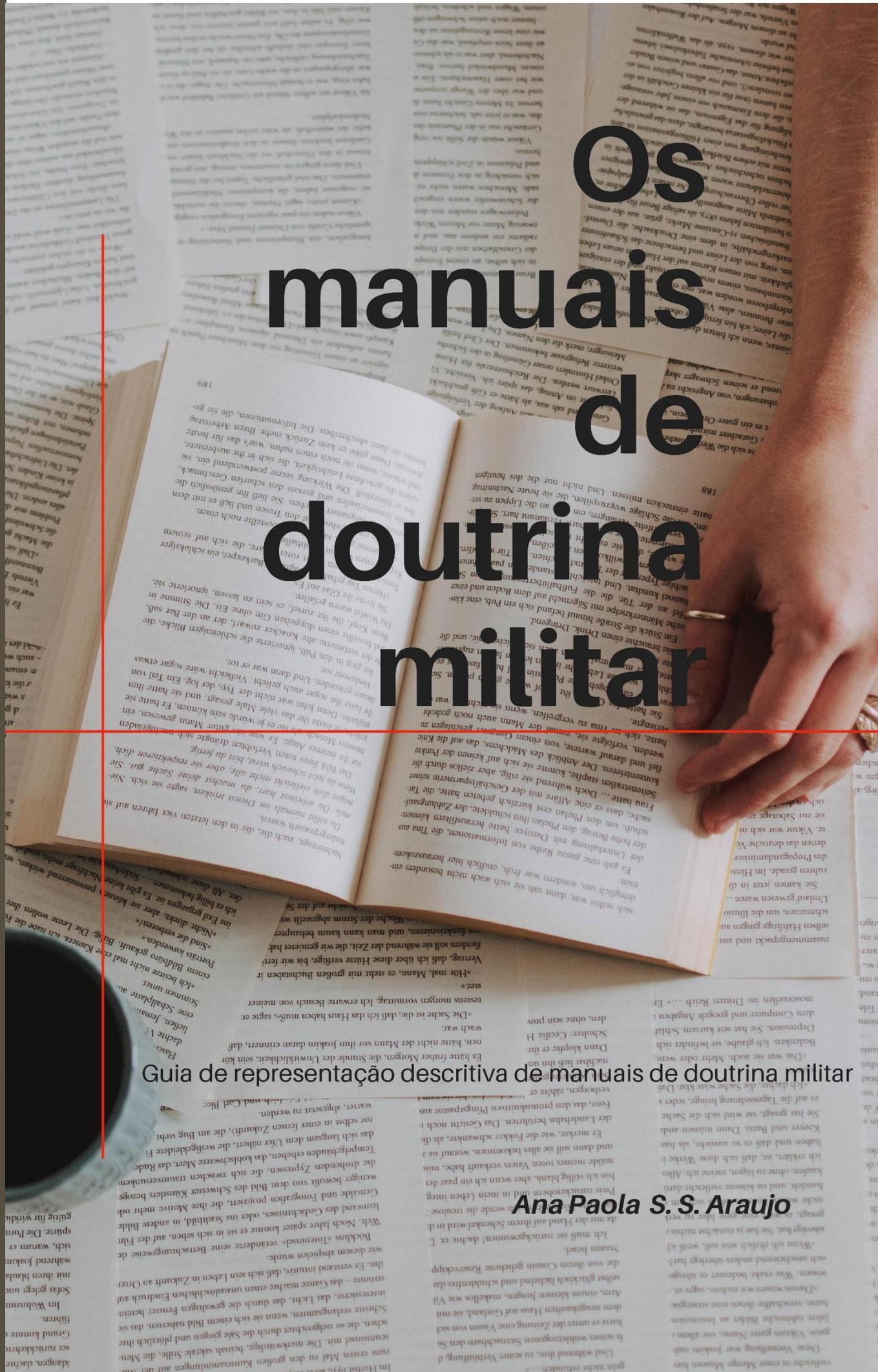
VIEIRA, Luciana de Souza dos Santos. **A representação documental de coleções especiais:** acervos de Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Rio de Janeiro. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

**APÊNDICE A - PRODUTO DA PESQUISA COMPLETO**

# Os manuais de doutrina militar

Guia de representação descritiva de manuais de doutrina militar

Ana Paola S. S. Araujo



**AUTORA: ANA PAOLA S. S. ARAUJO**  
**ORIENTAÇÃO: PROF. DRA. NAIRA C. SILVEIRA**

# ***Guia de representação descritiva de manuais de doutrina militar***



***Rio de Janeiro***

***2022***

A663g Araujo, Ana Paola da Silva Salgado

*Guia de representação descritiva para manuais de doutrina militar. / Ana Paola da Silva Salgado Araujo ; orientação: Naira C. Silveira. - Rio de Janeiro: PPGb/UNIRIO, 2022.*

19 p.

1. *Catálogo*. 2. *Manuais de catálogo*. 3. *Manuais, guias etc.* 4. *Bibliotecas.* I. *Silveira, Naira Christofolletti, orient.* II. *Título.*

CDD 025.32

ESTE TRABALHO ESTÁ LICENCIADO COM UMA LICENÇA  
CREATIVE COMMONS - ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0  
INTERNACIONAL.



Saiba mais sobre a pesquisa em  
[www.unirio.br/ppgb/projetos-de-pesquisa](http://www.unirio.br/ppgb/projetos-de-pesquisa)

# **SUMÁRIO**

<i>APRESENTAÇÃO</i>	<b>04</b>
<i>CARACTERÍSTICAS DOS MANUAIS</i>	<b>05</b>
<i>OS INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA</i>	<b>06</b>
<i>DESCREVENDO OS MANUAIS</i>	<b>08</b>
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	<b>18</b>
<i>REFERÊNCIAS</i>	<b>19</b>

## APRESENTAÇÃO

*Este guia é produto da dissertação intitulada “A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE MANUAIS DE DOCTRINA MILITAR” (ARAUJO, 2022) defendida no Mestrado Profissional em Biblioteconomia do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2022, pela aluna Ana Paola S. S. Araujo, sob a orientação da professora Dra. Naira C. Silveira. Ele objetiva fornecer orientações práticas e concisas para a representação descritiva de manuais de doutrina militar para bibliotecários, com base nos instrumentos de descrição vigentes.*

## CARACTERÍSTICAS DOS MANUAIS

*Os manuais de doutrina militar do Exército Brasileiro são publicações padronizadas produzidas pela Instituição que estabelecem princípios fundamentais, concepções e conceitos doutrinários; ou que regulam as questões relacionadas ao preparo e emprego da força terrestre, ao ensino, à instrução, aos procedimentos, ao gerenciamento organizacional e às técnicas inerentes ao Exército (BRASIL, 2017). Este material bibliográfico tem por função representar a formalização da doutrina militar, por isso trata-se de um documento com características próprias e individuais.*

*Sua estrutura física é composta pelos seguintes elementos: capa, folha de rosto, portaria, índice de assuntos, parte textual com o conteúdo do manual em si, anexos e referências. No entanto, pode ser que alguns desses elementos não sejam encontrados nos manuais. Portanto, é importante a realização de uma leitura técnica do manual sendo físico ou digital, pois com a identificação dos elementos constitutivos do manual é que serão retirados os elementos descritivos para a representação descritiva.*

*Sendo assim, este guia vai orientá-lo (a) em como realizar uma representação descritiva com efetividade e padronização de forma que contribua para a organização do catálogo das bibliotecas militares e facilite a recuperação da informação.*

## OS INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

*Os instrumentos de representação de descritiva são normas criadas ao longo dos anos que estabelecem a padronização da descrição de documentos independente do suporte que estejam.*

*Através das colaborações dos teóricos da catalogação (Panizzi, Jewet, Cutter, Ranganathan e Lubetzsky) para o desenvolvimento da representação descritiva, chegou-se aos Princípios Internacionais de Catalogação. Esses princípios são a referência para a padronização internacional da catalogação, orientam a construção de catálogos e dos códigos de catalogação.*

*Na sua última versão publicada em 2016, foi levado em consideração o usuário, o ambiente de acesso aberto, a interoperabilidade, a acessibilidade de dados, os recursos de ferramentas de descoberta e a mudança significativa de comportamento dos usuários em geral. Com isso, seguem os princípios atualizados: [1] Conveniência do usuário, [2] Uso comum, [3] Representação, [4] Exatidão, [5] Suficiência e necessidade, [6] Significância, [7] Economia, [8] Consistência e normalização, [9] Integração, [10] Interoperabilidade, [11] Abertura, [12] Acessibilidade e [13] Racionalidade. Os quatro últimos são os mais recentes e orientam para a descrição bibliográfica.*

*Nesse documento também são abordados sobre os **pontos de acesso essenciais** e **pontos de acesso adicionais** que são elementos importantes que o bibliotecário terá que identificar como parte do processo de tratamento técnico do manual de doutrina militar.*

*Os pontos de acesso essenciais são aqueles baseados nos principais atributos e relações de cada entidade em uma descrição bibliográfica.*

## OS INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

*E os pontos de acesso adicionais indicam que outros atributos dos dados bibliográficos ou de autoridade podem servir como pontos de acesso opcionais ou como mecanismos de filtro e delimitação de uma pesquisa (IFLA, 2016, p. 12-13).*

*A partir da ICP, foram criados os códigos de catalogação com o propósito de trazer uniformização e coerência a representação das obras.*

*Os instrumentos de representação descritiva que estão em vigência são: o Código de Catalogação Anglo-Americano segunda edição - AACR2, a International Standard Bibliographic Description - ISBD e a Resource: Description and Access - RDA. Este último é um aprimoramento do AACR2 que veio com a intenção de acompanhar os avanços tecnológicos e proporcionou mudanças na elaboração de catálogos e no próprio uso pelo usuário.*

*Destes instrumentos, os que são utilizados e aplicados nas bibliotecas brasileiras são o AACR2 e a ISBD. A RDA foi adotada em bibliotecas estrangeiras, como exemplo pode-se citar a Library of Congress. A adoção da RDA nas demais bibliotecas no Brasil, ainda encontra-se em estudo.*

*As informações trazidas sobre os instrumentos de representação descritiva são informações resumidas a respeito do assunto. Para um maior aprofundamento, sugere-se a leitura da pesquisa completa e das fontes utilizadas na elaboração do estudo.*

*Na próxima seção deste guia, apresentaremos os elementos necessários para a representação descritiva padronizada dos manuais de doutrina militar.*

## DESCREVENDO OS MANUAIS

*Neste capítulo serão ditadas as diretrizes que vão nortear a padronização da representação descritiva dos manuais de doutrina militar.*

*É importante destacar, que o processo de organização e representação do conhecimento dos manuais é dividido em etapas das quais seguem abaixo:*

- 1. Pesquisa na base de dados das bibliotecas militares;*
- 2. Leitura técnica do manual;*
- 3. Catalogação propriamente dita.*

*Na fase da pesquisa na base de dados das bibliotecas militares, o que se quer saber é se já existe algum exemplar ou arquivo digital do manual a ser catalogado. Caso já exista um exemplar do manual, não será necessário a criação de um novo registro e, sim, somente a inclusão desse novo exemplar no registro já existente. E, caso já exista o registro com o arquivo digital vinculado, não será necessária nem a inclusão do arquivo e nem a criação de um novo registro.*

*Para que seja necessário a criação de um novo registro, o manual tem que receber uma nova edição ou ser revogado, ou seja, editado com alterações de conteúdo ou anulado para criação de um novo.*

*Na fase de leitura técnica do manual, é o momento em que se faz necessária a análise da publicação para que se possa realizar a representação descritiva com os elementos que vão promover efetividade na recuperação da informação.*

*E, por fim, na fase da catalogação, é o momento em que se representa o manual descritivamente, fazendo uso das regras de representação descritiva trazidas pelos instrumentos de catalogação já mencionados na seção anterior. Além disso, é importante ser definido o nível de descrição a ser utilizado. Foi identificado ao longo da pesquisa que o nível de descrição utilizado é o nível 1.*

## DESCREVENDO OS MANUAIS

Agora, serão mostrados os elementos essenciais e adicionais para representação descritiva dos manuais de doutrina militar e, após as regras, trazer um exemplo como forma de mostrar como ficará um registro dessas publicações de maneira padronizada. Os exemplos apresentados terão os seguintes formatos: o formato de exibição OPAC e o formato MARC 21 para a catalogação realizada no Pergamum; o formato de exibição OPAC e o formato Dublin Core para a catalogação realizada na BDEX. As definições sobre os formatos comentados podem ser lidas no capítulo 4 da dissertação.

É importante ressaltar que os elementos devem ser retirados da fonte de informação principal do manual de doutrina militar que é a página de rosto do documento.

Sobre o nível de descrição, o guia vai apresentar os elementos de descrição para o nível 1. Caso, a biblioteca decida mudar a política de catalogação e implementar outro nível de descrição, também não tem problema. A biblioteca somente precisará estudar esse nível para ver quais elementos adicionais deverão ser acrescentados.

De acordo com o AACR2 (2004, p. 5), o primeiro nível de descrição contempla os seguintes campos:

- Título principal/primeira indicação de responsabilidade, se diferir do cabeçalho da entrada principal em forma ou número, ou se não houver cabeçalho de entrada principal;
- Indicação de Edição;
- Detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação);
- Primeiro editor etc., data de publicação etc;
- Extensão do item;
- Nota (s);
- Número normalizado [...] (AACR2, 2004, p. 5)

Neste nível de descrição, utilizaremos as seguintes tags para a catalogação no formato MARC 21:

## DESCREVENDO OS MANUAIS

- Campos de tamanho fixos 008-> para especificar aspectos bibliográficos do manual de doutrina militar que está sendo catalogado;
- Campo 090 -> Número de chamada; informação que deverá ser definida pelas bibliotecas militares;
- Campo 110 -> entrada para as entidades; a escolha por esse campo se dá pela autoria ser o Exército e suas organizações militares; para o correto preenchimento deste campo, é importante a consulta ao catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional ou Library of Congress ou da REDEBIE;
- Campo 245 -> título principal;
- Campo 250 -> Edição;
- Campo 260 -> Imprenta (Publicação, Distribuição, etc);
- Campo 300 -> descrição física do manual de doutrina;
- Campo 5XX -> Notas; neste campo será necessário verificar qual tipo de nota que será inserida para utilizar o campo específico;
- Campo 6XX -> Assuntos; neste campo também será necessário verificar qual tipo de assunto que será inserido para utilizar o campo específico;
- Campo 7XX -> Entradas secundárias; neste campo também será necessário verificar qual tipo de entrada que será inserida para utilizar o campo específico;
- Campo 856 -> Localização e Acesso Eletrônico; para registrar o link do arquivo digital, caso o manual de doutrina esteja em formato digital.

*Obs: Sobre o campo 090 - número de chamada é importante incluir a codificação do manual, pois ela pode indicar a localização, caso o manual exista fisicamente. Esta codificação pode ser vista com detalhes na seção 3.3 da dissertação.*

*Agora, mostraremos na prática o processo de representação descritiva com exemplos do catálogo da Rede BIE e da BDEx:*

## DESCREVENDO OS MANUAIS

*Exemplo 1 de descrição em primeiro nível no Pergamum:*

<b>CATALOGAÇÃO PRE-MARC</b>	
<b>Número de Chamada</b>	<i>Elemento a ser definido pela biblioteca</i>
<b>Autor Principal</b>	<i>Brasil. Exército. Estado-Maior.</i>
<b>Título Principal / Responsabilidades</b>	<i>Manual de Campanha: abreviaturas, símbolos e convenções cartográficas.</i>
<b>Edição</b>	<i>4. Ed.</i>
<b>Publicação</b>	<i>Brasília, DF: EGGCF, 2002.</i>
<b>Descrição física</b>	<i>269 p.: il.</i>
<b>Notas</b>	<i>O manual entrou em vigor com a publicação da Portaria nº 055 - EME, de 24 de julho de 2002.</i>
<b>Assuntos</b>	<i>Abreviaturas militares Símbolos militares Cartografia Exército brasileiro</i>

*Obs: Se a catalogação for baseada na RDA, a forma original dos elementos devem ser mantidas. Exemplo: 4. Ed. (AACR2) -> 4ª edição (RDA)*

## DESCREVENDO OS MANUAIS

### *Catálogo MARC em primeiro nível no Pergamum:*

008		<i>Elemento a ser preenchido pela biblioteca</i>
040		<i>Elemento a ser preenchido pela biblioteca</i>
110	1 #	<i>\$a Brasil. \$b Exército. Estado-Maior.</i>
245	1 0	<i>\$a Manual de Campanha: \$b abreviaturas, símbolos e convenções cartográficas / \$c Estado-Maior.</i>
250	# #	<i>\$a 4. Ed.</i>
260	# #	<i>\$a Brasília, DF: \$b EGGCF, \$c 2002.</i>
300	# #	<i>\$a 269 p.: \$b il.</i>
505	0 #	<i>\$a O manual entrou em vigor com a publicação da Portaria nº 055 - EME, de 24 de julho de 2002.</i>
610	2 1	<i>\$a Exército Brasileiro.</i>
650	1 0	<i>\$a abreviaturas militares.</i>
650	1 0	<i>\$a símbolos militares.</i>
650	1 0	<i>\$a cartografia.</i>
856	4 0	<i>\$f <a href="https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/319/1/C-21-30.pdf">https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/319/1/C-21-30.pdf</a></i>

## DESCREVENDO OS MANUAIS

### Exemplo 2 de descrição em primeiro nível

<b>CATALOGAÇÃO PRE-MARC</b>	
<b>Número de Chamada</b>	<i>Elemento a ser definido pela biblioteca</i>
<b>Autor Principal</b>	<i>Brasil. Exército. Estado-Maior.</i>
<b>Título Principal / Responsabilidades</b>	<i>Manual de Campanha: ordem unida / Estado-Maior.</i>
<b>Edição</b>	<i>3. Ed.</i>
<b>Publicação</b>	<i>Brasília, DF: EGGCF, 2000.</i>
<b>Descrição física</b>	<i>265 p.: il.</i>
<b>Série</b>	<i>(Manual de campanha: básico - ordem unida)</i>
<b>Notas</b>	<i>O manual entrou em vigor com a publicação da Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000.</i>
<b>Assuntos</b>	<i>Ordem unida Instrução militar Exército Brasileiro</i>

## DESCREVENDO OS MANUAIS

### Catálogo MARC em primeiro nível:

008		<i>Elemento a ser preenchido pela biblioteca</i>
040		<i>Elemento a ser preenchido pela biblioteca</i>
082		<i>Elemento a ser definido pela biblioteca</i>
090		<i>Elemento a ser definido pela biblioteca</i>
110	1 #	<i>\$a Brasil. \$b Exército. Estado-Maior.</i>
245	1 0	<i>\$a Manual de Campanha: \$b ordem unida. \$c Estado-Maior.</i>
250	# #	<i>\$a 3. Ed.</i>
260	# #	<i>\$a Brasília, DF: \$b EGGCF, \$c 1951.</i>
300	# #	<i>\$a 265 p.: \$b il.</i>
490	0 #	<i>\$a Manual de campanha: básico - ordem unida</i>
500	0 #	<i>\$a A biblioteca possui apenas a parte 1.</i>
505	0 #	<i>\$a o manual entrou em vigor com a publicação da Portaria nº 079-EME, de 13 de julho de 2000.</i>
610	2 1	<i>\$a Exército Brasileiro.</i>
650	1 0	<i>\$a Ordem unida.</i>
650	1 0	<i>\$a Instrução militar.</i>
830		<i>indica a informação de como ser recuperado.</i>
856	4 0	<i>\$a file:///C:/Users/anapa/Downloads/C-22-5.pdf</i>

## DESCREVENDO OS MANUAIS

*Depois de demonstrados os elementos essenciais e adicionais da representação descritiva do manual de doutrina militar na base de dados da Rede BIE, passa-se a exemplificação de como é feito o mesmo processo na Biblioteca Digital do Exército (BDEx).*

*Como elementos essenciais destaca-se:*

- *Autor(es);*
- *Título ;*
- *Informação relacionada;*
- *Tipo;*
- *Número Identificador -> codificação do manual;*
- *Data;*
- *Palavras-chave;*
- *Aparece nas coleções.*

*Como elementos adicionais destaca-se:*

- *Documento Relacionado -> quando o manual possui uma versão anterior publicada;*
- *Descrição -> conteúdo do documento;*
- *Direitos autorais;*
- *Colaborador (es).*

*Obs.: Após realizar a catalogação, terá um campo específico para fazer o carregamento da versão digital do manual. Quando o manual for submetido e aprovado para publicação, ao final da planilha poderão ser visualizadas as informações do arquivo digital.*

## DESCREVENDO OS MANUAIS

*Exemplo de descrição em formato de exibição OPAC na BDEx:*

<b>Autor(es):</b>	<i>Brasil. Exército. Comando de Operações Terrestres</i>
<b>Título:</b>	<i>Polícia do Exército</i>
<b>Informação relacionada:</b>	<i>Portaria n. 133-COTER, de 27 de novembro de 2018 (APROVAÇÃO). Publicado no Boletim do Exército n. 50, de 14 de dezembro de 2018</i>
<b>Documento Relacionado:</b>	<i><a href="http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/104">http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/104</a></i>
<b>Tipo:</b>	<i>Manual de Campanha</i>
<b>Número Identificador:</b>	<i>EB70-MC-10.239</i>
<b>Data do documento:</b>	<i>2018</i>
<b>Descrição:</b>	<i>Este manual apresenta concepções e conceitos operativos para orientar o emprego da Polícia do Exército (PE), abordando os principais aspectos e deixando os detalhes para outros manuais específicos. Serve de base para a elaboração de outras publicações relacionadas à PE.</i>
<b>Palavras-chave:</b>	<i>Polícia do Exército (PE) Infantaria</i>
<b>Direitos autorais:</b>	<i>É permitida a reprodução do conteúdo da obra desde que seja, obrigatoriamente, citada a fonte. É proibida a reprodução para fins comerciais, bem como qualquer alteração no conteúdo da obra.</i>
<b>Aparece nas coleções:</b>	<i>C Dout Ex: PUBLICAÇÕES PADRONIZADAS</i>
<b>Colaborador(es)</b>	<i>1º Ten OTT Ana Paola da Silva Salgado Araujo</i>

<b>Arquivo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tamanho</b>	<b>Formato</b>
<i>MC Polícia do Exército - EB70-MC-10.pdf</i>	<i>EB70MC10239</i>	<i>2,59 MB</i>	<i>Adobe PDF</i>

## DESCREVENDO OS MANUAIS

*Exemplo de descrição em formato de exibição OPAC na BDEx:*

Campo DC	Valor	Idioma
dc.contributor.author	Brasil. Exército. Comando de Operações Terrestres	-
dc.date.accessioned	2018-12-14T12:04:09Z	-
dc.date.available	2018-12-14T12:04:09Z	-
dc.date.issued	2018	-
dc.identifier.uri	<a href="http://bdex.eb.mil.br/jspui/jspui/handle/123456789/2654">http://bdex.eb.mil.br/jspui/jspui/handle/123456789/2654</a>	-
dc.description	Este manual apresenta concepções e conceitos operativos para orientar o emprego da Polícia do Exército (PE), abordando os principais aspectos e deixando os detalhes para outros manuais específicos. Serve de base para a elaboração de outras publicações relacionadas à PE.	pt_BR
dc.language.iso	pt_BR	pt_BR
dc.publisher	Comando de Operações Terrestres	pt_BR
dc.relation	Portaria n. 133-COTER, de 27 de novembro de 2018 (APROVAÇÃO). Publicado no Boletim do Exército n. 50, de 14 de dezembro de 2018	pt_BR
dc.relation.uri	<a href="http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/104">http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/104</a>	pt_BR
dc.subject	Polícia do Exército (PE)	pt_BR
dc.subject	Infantaria	pt_BR
dc.title	Polícia do Exército	pt_BR
dc.type	Manual de Campanha	pt_BR
dc.rights.license	É permitida a reprodução do conteúdo da obra desde que seja, obrigatoriamente, citada a fonte. É proibida a reprodução para fins comerciais, bem como qualquer alteração no conteúdo da obra.	pt_BR
dc.identifier.EB	EB70-MC-10.239	-
dc.edition	1. ed.	pt_BR
dc.contributor	1º Ten OTT Ana Paola da Silva Salgado Araujo	pt_BR

Arquivo	Descrição	Tamanho	Formato
MC Polícia do Exército - EB70-MC-10.pdf	EB70MC10239	2,59 MB	Adobe PDF

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os exemplos trazidos tem o propósito de elucidar possíveis dúvidas que possam vir a surgir no momento que esse processo será realizado. Mas também é importante considerar que o profissional bibliotecário precisa conhecer as características do manual de doutrina militar, a estrutura de representação descritiva e os instrumentos de catalogação.*

*É importante ressaltar e enfatizar que o processo de representação descritiva é subjetivo dando autonomia ao bibliotecário para interpretar o documento de acordo com seu entendimento sobre as regras de catalogação. No entanto, é importante pontuar que a interpretação do profissional bibliotecário deve estar em consonância com a política de representação descritiva da unidade de informação.*

*Tendo dominado esses aspectos, um registro bibliográfico padronizado de um manual de doutrina militar não será mais uma dificuldade e assim cumprirá a sua missão de fornecer informação e conhecimento de forma eficiente e eficaz.*

## REFERÊNCIAS

BRAGA, G. da R. *Políticas de catalogação à luz dos Princípios Internacionais de Catalogação*. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Exército. *Portaria nº 1.550, de 08 de novembro de 2017*. [Aprova as Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT) (EB10-IG01.005), 5. Edição, 2017, e dá outras providências]. Separata ao Boletim do Exército, Brasília, n. 46, de 17 de novembro de 2017. Disponível em: [https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1024/1/sepbe46-17\\_port-1.550-cmt%20ex.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/1/1024/1/sepbe46-17_port-1.550-cmt%20ex.pdf). Acesso em: 17 mar. 2022.

CÓDIGO de Catalogação Anglo-Americano. 2. Ed. ver. 2002. Tradução: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições. São Paulo: FEBAB/Imprensa Oficial, 2004. 722 p.

IFLA. *International Standard Bibliographic Description – ISBD*. Netherlands: IFLA, 2021. Disponível em: [https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1939/1/ISBD\\_Update%202021%20to%20Consolidated%20ed%202011.pdf](https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1939/1/ISBD_Update%202021%20to%20Consolidated%20ed%202011.pdf). Acesso em: 29 abr. 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO (PUC-Rio). **MARC 21 formato bibliográfico**. Disponível em: <http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

## **GUIA DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE MANUAIS DE DOCTRINA MILITAR**

*Os manuais de representação descritiva são documentos formalizados cujo propósito é orientar o processo de catalogação de uma publicação. Neles se encontram os métodos de execução e todas as orientações práticas de como proceder ao registrar dados em catálogos.*

*Este guia tem por função fornecer as diretrizes e orientações práticas e concisas para auxiliar os profissionais bibliotecários atuantes no Exército Brasileiro na padronização dos registros bibliográficos dos manuais de doutrina militar, trazendo melhorias no processo de pesquisa para posterior recuperação da informação.*

